

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

ATA Nº 039

PRESIDENTE – DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Cumprimento a todos!

Invocando a proteção e Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública com o intuito de discutirmos o Projeto de Lei da chamada LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Esta Audiência Pública é convocada e capitaneada pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Execução Orçamentária.

Convido o Secretário de Estado de Planejamento, Dr. Guilherme Frederico Moura Müller, para compor a mesa.

Registramos a honrosa presença do querido amigo e Professor Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso; e da Ana Cláudia Machado, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso-SISMA.

Agradecemos a presença dos servidores, técnicos da Secretaria de Estado de Planejamento; dos cidadãos e cidadãs que acolheram o convite do Parlamento Estadual para presenciarem e participarem desta importante Audiência Pública.

A construção do orçamento nos países desenvolvidos é o momento em que há a maior valorização dos parlamentos: nos Estados Unidos, na Europa Ocidental, no Japão e no Canadá.

Confunde-se o papel do Parlamentar, Secretário, de legislar, de fiscalizar, com exclusivamente o papel de elaborar o orçamento.

Nessas nações a elaboração do orçamento tem uma importância extraordinária e é o momento mais valorizado pela sociedade local dos seus parlamentos. É a demonstração das fontes de financiamento das políticas públicas, a destinação clara e objetiva de cada centavo, de cada real, de cada dólar, de cada euro, de cada moeda local, mas no Brasil essa tradição infelizmente não pegou.

No Brasil, lamentavelmente, a sociedade não tem a cultura, não tem o costume, não tem o hábito, Dr. Nasser Okde, de acompanhar a construção do orçamento do município, do seu Estado, muito menos da União. Alguns gestores chegam a dizer que o orçamento é uma peça de ficção - uma peça de ficção.

Lamentavelmente é isso que vemos: auditórios vazios, desinteresse quase que completo da imprensa escrita, falada, televisionada, dos *sites*. Não há um atrativo para esses veículos de comunicação, para as entidades, para as instituições e às vezes até para os próprios Poderes que dependem diretamente dessa discussão.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Pergunto se o Poder Judiciário se faz presente. Não há nenhum representante até o momento.

Há representação do Ministério Público? Lamentavelmente não há.

Do Tribunal de Contas do nosso Estado há alguém representando para chama-lo à mesa? É uma pena, também não há.

Essa é a realidade, e não é de hoje, de dez anos. Sempre foi assim. Lamentavelmente sempre foi assim e lamentavelmente continuará ainda por muitos anos.

Tomara que as novas gerações que dirigirão nosso País, o Estado, os municípios possam ter mais competência para estimular e motivar o cidadão, os veículos de comunicação, os Poderes, a sociedade a participar de um momento tão importante, tão nevrálgico, que é a construção do orçamento dos recursos públicos oriundos do bolso do cidadão.

Como dizia Margaret Thatcher: “Não há recurso público, o recurso é do cidadão”. É do bolso do comerciante, do servidor, que tem descontado antecipadamente o seu imposto de renda ou coisa parecida.

Feita essa fala inicial do Presidente da Comissão, quero passar a palavra ao Secretário de Estado Guilherme Frederico de Moura Müller, para que ele possa fazer sua exposição.

Vossa Excelência dispõe de até vinte minutos nessa primeira rodada.

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – Bom dia a todos!

Vou cumprimentar inicialmente o Presidente da Comissão, Deputado Wilson Santos.

Saúdo, em nome do Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT, Domingos Sávio, os representantes dos servidores aqui.

Eu, como ele, fui Presidente da Associação dos Docentes na Universidade Federal de Mato Grosso e sei o quanto é importante seu papel na ligação dos professores com poderes constituídos.

Saúdo, minha Secretária Adjunta de Orçamento e em seu nome saúdo toda a equipe técnica da Secretaria de Orçamento que está aqui, porque são eles de fato que elaboram a LDO.

Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência tem razão, o orçamento é uma peça extremamente importante para a vida do cidadão.

Pensei até que Vossa Excelência ia fazer essa referência em relação ao João Sem Terra, que em 1219 elaborou a primeira peça orçamentaria, uma peça orçamentaria que era decorrente da pressão do povo inglês daquela época, que não aguentava mais pagar tributo e não saber para onde estava indo o dinheiro.

É exatamente isso que estamos fazendo aqui. A primeira Constituição escrita, de 1719 para 2019 tem mais de 800 anos, quer dizer, estamos completando 800 anos da primeira peça orçamentária, Deputado Wilson Santos.

No caso brasileiro, na Constituição de 1988, isso ficou cravado na Constituição, que não existia antes.

Na Constituição 1988, no art. 163, se não me engano, estabelece as regras do chamado ciclo orçamentário.

O ciclo orçamentário prevê três peças fundamentais para fazer com que aquilo da primeira constituição, escrita por João Sem Terra, se cumpra, que é o ciclo no qual se estabelece um plano de médio prazo, que é o chamado PPA, e a cada ano se estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentária, que é a peça de ligação do PPA, ou aquilo que se vai executar no ano corrente.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Então a LDO, como o próprio nome diz, é uma lei de diretrizes, estabelece as normas e as regras de como todos os entes da federação, o Executivo e os Poderes, vão elaborar seu orçamento para o ano seguinte, que é de 2019.

Então, hoje estamos aqui em julho tratando de 2019. Neste momento vamos fazer as projeções de receita e despesa no sentido de cumprir aquela ideia original de ficar sabendo quanto nós vamos arrecadar e para qual lugar vai esse dinheiro? Além disso, exigem a LDO conforme a Constituição Federal de 88, tanto a Constituição Federal e a Estadual preveem isso, você tem que estabelecer as metas fiscais, metas e prioridades da Administração Pública para o ano de 2019.

Estabelecer as regras de elaboração de cada Ente que tem que seguir uma regra, junto com as disposições relativas, despesa social, encargos sociais e os benefícios aos servidores.

Então, é uma peça ainda embrionária de referência para a Lei Orçamentária que vai ser protocolada na Assembleia Legislativa dia 30 de setembro.

Assim, é uma preparação. Só que é uma preparação que tem que ter regra, senão cada Ente da Federação ou cada Poder, cada órgão, vai escrever como bem entende. Não, existe uma regra, essa regra será definida em Lei pela Assembleia Legislativa com uma proposta que foi encaminhada pelo Executivo aqui neste momento.

Então, é isso que nós falaremos em seguida. A primeira coisa que faremos é como nós vamos escrever uma Lei para vigorar em 2019? Tem que ter referências para projetar as receitas e projetar as despesas.

Quer dizer, todas as variáveis que compõem a Lei Orçamentária se referem basicamente às receitas que vão ser arrecadadas pelo Estado e as despesas que vão ser executadas. Então, para isso existe uma metodologia já consagrada no sentido de que ela é utilizada com tanto sucesso no Brasil, como em qualquer lugar no mundo, de projetar as receitas e as despesas, que nada mais é do que o orçamento.

O orçamento é uma peça na qual você estima as receitas e projeta as despesas. Quer dizer, de uma maneira muito simples, é muito fácil de entender. Essas projeções que servirão de base para os números que eu vou apresentar aqui. Vou dar um exemplo.

Eu não sei se vocês tiveram a oportunidade de ler jornal hoje ou ontem, o Boletim Focus do Banco Central reestimula, por exemplo, a inflação deste ano e do ano que vem. Nós estamos projetando uma inflação para 2018 de 3,73%. Aqui era a informação que nós tínhamos do Boletim Focus do Banco Central feita em abril, porque nós protocolamos a LDO em abril; 30 de abril foi protocolada esta lei aqui.

Hoje, a projeção do Focus já é de 4,1% de inflação. Quando você tem uma projeção diferente de inflação para 2018 e para 2019, já é diferente do que está aqui, das nossas projeções.

Algumas projeções já se modificam e nós vamos ter que, na hora de elaborar a Lei, levar em conta as alterações das projeções feitas. Por exemplo: se você tem uma inflação projetada para o ano que vem de 4,25% de inflação, isso impacta, por exemplo, na Revisão Geral Anual que vai ser paga para os servidores.

É essa a ideia. Quer dizer, todos os números que irão aparecer aqui, tem uma base de projeção. Se a economia decrescer 1% como já está no Relatório Focus do ano que vem, isso vai impactar nas receitas que nós vamos receber pelo menos da União, porque nós recebemos transferências da União.

Então, essa matriz que são os parâmetros macroeconômicos do País, se ela altera, altera as projeções.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Nós vamos fazer uma estimativa. Na verdade estou só justificando aqui que nós estamos trabalhando com uma estimativa. Essa estimativa poderá ser alterada até o dia que começarmos a projetar de fato a LOA de 2019, que até lá nós teremos tempo.

Normalmente, faríamos uma reprogramação para setembro ou agosto e com isso trabalharemos os números para a LOA, mas como são estimativas, trabalharemos desse jeito. Está próximo.

Diante disso, como é que projetamos? Eu vou colocar de uma maneira mais simplificada a tabela para poder ter um sentido de acompanhamento. Esses são os números de 2018. São os que estamos trabalhando em termos de projeção de receitas de 2018, que é o que chamamos de LOA reestimulada. Nós temos uma LOA aprovada aqui, mas os números dentro dessa LOA estão sendo alterados em função do que está acontecendo na economia do País, no desempenho da economia.

Hoje, projetamos que ao longo de 2018, teremos um total da receita na ordem de 26 milhões de reais e para 2019, em função daqueles parâmetros macroeconômicos, nós vamos ter uma arrecadação total de 28 milhões. Isso significa de fato que estamos projetando, então, um crescimento para o ano de 2019 de 8,5%.

Só que esse total geral de receita, é o total geral de receita que de fato é contabilizada para ano de 2018 e estamos projetando para 2019, para poder comparar. Desse total de receita, temos que deduzir as chamadas receitas renunciadas.

São as deduções dos programas de Incentivo Fiscal, chamadas de Renúncia Fiscal, mas na verdade é uma receita que você renuncia. É como se você tivesse uma receita e tivesse um gasto com aquela receita. Ela tem um conceito também de gastos tributários.

Quer dizer, está se prevendo gastar, deduzida a receita da renúncia fiscal. Em 2018 eram 3,5 bilhões; em 2019 3 bilhões e 800 milhões. Ou seja, tem um crescimento da renúncia de 7,5%. Aumentou? Não!

Há um esforço muito grande tanto da Secretaria de Fazenda como da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento de colocar esse número de fato real. Não é o que isso acontecia até agora.

Eu não sei se vocês se lembram, mas há dois anos essa renúncia, em 2014, por exemplo, essa renúncia vinha para cá no valor era de 1 bilhão e 700 milhões, mas não era a verdadeira, era falsa, porque era muito mais do que isso.

Primeiro só contabilizavam os incentivos programáticos. Aqueles outros que não eram programáticos não eram contabilizados. Mas, na verdade, tem se contabilizado tudo. Aqui está até contabilizado o IPVA, que é isento no primeiro ano quando se compra carro. Está cada vez mais controlada essa informação. E essa atualização aqui não é porque aumentou. A atualização é porque estamos colocando de fato tudo.

Aliás, mais de 400 beneficiários já foram cancelados. Mas mesmo assim, tem essa projeção de crescimento para poder ser o mais real possível daquilo que você não arrecada e não gasta. Então, você fica, na verdade, com essa dedução de renúncia a ser feita.

Aí você tem a dedução, que são as transferências dessa receita, que não são do Estado, são dos Municípios. Então, você deduz 3 bilhões e 100 milhões em 2018, e 3 bilhões e 200 milhões, receita que não vai ficar disponível para o Executivo e para os Poderes, vai para os Municípios.

Você tem a dedução do FUNDEB, que são 02 bilhões e 400 milhões em 2018; dois bilhões e 196 milhões previstos. Então, você tem uma receita total líquida que de fato fica para o

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

Estado. Em 2018 estamos prevendo 17 bilhões e 400 milhões; em 2019 19 bilhões. A receita total líquida vai ter um crescimento de 9,4%.

Essa receita aqui é a receita que está liquidamente disponível para o Estado. Quando eu falo Estado é Executivo e Poderes. Só que dentro dela aqui existe uma receita, que chamamos de receita intraorçamentária, que está dentro desse total aqui que é apenas uma movimentação dessa receita entre Entes.

Aqui é basicamente a receita dos encargos sociais que nós arrecadamos quando pagamos o servidor e quando depositamos a parte patronal, então essa receita aqui de 01 bilhão e 500 milhões, previstos para 2018, e 01 bilhão e 700 milhões são basicamente para o MT PREV poder pagar os aposentados e pensionistas, e não é suficiente, inclusive nós temos que complementar. O Executivo tem que complementar com a receita orçamentária líquida para poder pagar os aposentados e os pensionistas.

Então, você tem na verdade um orçamento para ser escrito e distribuído entre Poderes e órgãos: entre todas as despesas que são executadas no Executivo e nos órgãos neste ano, 15 bilhões e 800 milhões; e, no ano que vem, uma previsão de 17 bilhões e 200 milhões. Quer dizer, 9,2% de crescimento em relação ao que está acontecendo em 2018. Essa é a base para poder fazer a projeção das receitas para o ano de 2019.

Bom, essa receita total é classificada em duas, há duas categorias: correntes e receita de capital. Corrente, 15 bilhões e 600 milhões em 2018; em 2019 16 bilhões e 400 milhões, dá um crescimento de 4,8%. Essa receita corrente é a que todo mundo usa, porque a receita de capital é uma receita vinculada, são as operações de créditos, são os convênios, que são classificados como receita de capital e despesa de capital.

Por incrível que pareça, no ano de 2018 a previsão, Wilson, para nós podermos fazer os investimentos com as receitas de capital contratadas com operação de crédito, convênios, pelo desempenho do que está acontecendo, não vai passar de 189 milhões de reais, porque o Governo Federal está com dificuldade de transferir esses recursos. Quer dizer, são recursos que foram contratados há muito tempo, cujo agente financeiro é o Banco do Brasil, é um contrato feito com BNDES, não veio nenhum tostão até agora e você faz a projeção em função desse desempenho.

Nós tivemos uma notícia, na quinta-feira passada, de que o Banco do Brasil vai conseguir liberar recurso aqui, mas, de qualquer maneira, nós estamos colocando 901 milhões, que são operações de créditos contratadas. Aqui não tem nenhum valor que esteja além do que já está contratado, ou seja, nós temos operações de créditos contratados na ordem de 900 milhões, então, nós colocamos aqui. Dá esse sentido desse crescimento aqui, mas, se for igual a esse desempenho daqui, nós vamos ter problemas de fazer a despesa de...

De qualquer maneira, a receita de capital é carimbada. A receita de capital, por exemplo, não passa recurso para a Assembleia, o duodécimo da Assembleia não sai daqui. Pagar servidor, não sai daqui. As receitas correntes, de fato, são as receitas básicas para poder fazer a execução das despesas.

A programação da receita de capital, em termo de despesa de capital, é muito simples, há um contrato que é para poder fazer ponte, há um contrato para fazer estrada, você faz isso. Não tem o que fazer. Agora, é na receita corrente que há a grande discussão em termo de distribuição do recurso.

Na receita corrente que está a grande disputa pelo orçamento. É aqui que fica a grande disputa pelo orçamento, porque receita intraorçamentária é uma receita que não é nem

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

carimbada, é receita que se arrecada para pagar basicamente os pensionistas e aposentados do Estado, ok!

Vou abrir um pouquinho, rapidamente – quando tiver com 15 minutos, você me avisa –, rapidamente para vocês entenderem, a receita corrente, só para vocês entenderem a composição.

Vocês se lembram de que era 4,8% o crescimento da receita corrente, que está na outra tabela.

De impostos, está previsto crescer 6,9%; as demais receitas correntes, 2,8%. Quando falamos demais receitas corrente, está, por exemplo, FPE, Fundo de Participação dos Estados, quando você tem uma economia que não cresce, em que a atividade econômica é baixa, o FPE fica baixo, porque o FPE é basicamente imposto de renda e IPI.

IPI e imposto de renda é função direta do crescimento do PIB, se o PIB não cresce, se a economia não cresce, você não arrecada. E, quando você não arrecada IPI e imposto de renda, você recebe menos FPE, como menos FPM, dos Municípios. Você tem uma projeção baseada nessas variáveis.

A intraorçamentária já falei, compõe as receitas correntes. Aqui você tem contribuições sociais, demais receitas... Estou só tentando dar uma classificada para vocês terem uma ideia do que está aí.

As receitas de capital são receitas de operações de crédito que já estão contratadas, 844 milhões, e tem algumas receitas de capital que existem, também contratadas, tipo de convênio, que dão esse valor. Tem várias receitas... Eu tenho uma dificuldade quando dou uma entrevista, por exemplo, que receita é? Quero dizer, você tem várias receitas e isso é uma questão de entendimento.

Nós partimos de um número grande, vocês se lembram de 28 bilhões, e vamos de fato trabalhar com uma receita corrente de 16 bilhões no ano que vem, no entanto, você tem uma receita total de 19 bilhões, porque uma parte dela é de receita de capital e outra parte é de intraorçamentária. Isso que vocês devem entender.

A intraorçamentária tem destino carimbado e as receitas de capital têm recibo carimbado, e as que não têm destino, em princípio, carimbado são as receitas correntes. Claro que tem os duodécimos, que são carimbados, você tem que passar os recursos para os Poderes. *Ok?* Algumas coisas estão escritas...

Vamos seguir, vamos em frente.

Se vocês gravarem esse número de 19 bilhões, eu irei nessa tabela distribuir esse dinheiro, como vamos distribuir as receitas que prevemos arrecadar.

Pessoal e encargos, quando eu falo encargos, inclusive, está o déficit financeiro da previdência. Não é isso, Roberto? Déficit financeiro da previdência. Então, você tem uma previsão de gasto com pessoal de 14 bilhões. E como é feita essa previsão? Tem RGA aí? Tem. Tem a previsão da inflação, estamos trabalhando com uma previsão, calculamos e está aí. Tem as progressões? Tem as progressões. Tudo está aí. Tudo que é lei, que é para cumprir com pessoal está aí.

Então, você tem um crescimento de pessoal e encargos de 6,9%. Portanto, acima do que iremos arrecadar de receita corrente. A receita corrente será em torno de 4,8%; gasto com pessoal será 6,9%; e a previsão da inflação para o ano seguinte é 3,75%. *Ok?*

Aqui, juros e encargos da dívida estão baixando. Sabem por que esses juros e encargos da dívida baixam? Por conta do acordo que fizemos com o Governo Federal, que está diminuindo o desembolso com a dívida, mas para cumprir o desembolso com a dívida há regras,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

---

inclusive, para cumprir.

Investimentos são basicamente as operações de crédito, os recursos da CIDE e os recursos do FETHAB, ainda que correntes, você pode classificar como uma parte de investimento.

Inversões financeiras são remunerações do capital. Amortização da dívida é 66 milhões. Reserva de contingência, 153 milhões. Então, em números gerais e grandes, é isso que acontece, você distribui 19 bilhões nessa conta.

Aqui é o seguinte: eu queria que vocês anotassem, isso é fundamental para vocês entenderem, para entendermos, inclusive, a chamada dificuldade de recurso, a escassez de recurso, o tesouro com dificuldade... Vocês perceberam que outras despesas correntes têm um decréscimo de 7,3%? Outras despesas correntes, na reestimativa que fizemos da LOA, são 03 bilhões e 16 milhões, e estamos fechando o custeio com 2 bilhões e 795 milhões, ou seja, tem uma previsão de gastar menos com custeio, mas isso não é economia.

Isso significa o seguinte: para compensar o chamado gastos rígidos com pessoal, com dívida... Basicamente, pessoal e dívida, porque são as duas despesas rígidas que você não tem como não pagar, você fica então com outras despesas correntes, reduzindo para compensar o aumento dessas despesas rígidas. E quando você reduz o custeio, quando eu falo em custeio, não é só a conta de energia desta sala, custeio é o custeio da saúde, custeio da educação... Custeio da educação, não, porque a educação tem basicamente vinculada. Você tem, de um modo geral, a redução do custeio da máquina. Quer dizer, o custeio da máquina é compra de remédios, é compra de combustível para o policial andar.

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS NO DATASHOW.)

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER - É isso o que acontece quando você tem uma rigidez em cima e tem que gastar com custeio, você tem que compensar, porque não tem como aumentar a receita. Você tem que simplesmente compensar.

A receita foi escrita, essa LDO está escrita, tomando como base o Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que você tem que ter receita igual despesa. Nós estamos colocando isso com certo destaque, principalmente isso, não adianta ficar olhando com tanta coisa dos números, porque são decorrentes das projeções feitas. Até houve uma discussão uma época de que tinha que escrever a LOA, a LDO, com déficit, quer dizer, já escreveria com déficit, mas na verdade, a boa regra fiscal, que está expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal, diz o seguinte: “Não. Você tem que escrever sempre com identidade, receita igual despesa.”

Para escrever receita igual despesa... Como você tem despesas que você não consegue diminuir, por ser considerada obrigatória, portanto, rígida, a única maneira que você tem de compensar essa rigidez é diminuir em outras despesas. E quais são as outras despesas? Outras despesas correntes, o que dá a impressão de que você pode de fato diminuir outras despesas correntes, como se elas não fossem importantes.

Estou dizendo que no custeio tem despesas essenciais e importantes ligadas, inclusive, à prioridade de qualquer orçamento, que é segurança, saúde e educação. Essa é a realidade.

Próxima.

Essa é a participação das despesas do Estado. Aqui estou falando do Estado, aqui estão incluídos todos os Poderes, em relação aos principais gastos. Gastos com pessoal, então, de tudo que arrecadamos, 74% no Estado, não estou separando o Executivo dos Poderes, 74% é com pessoal. E com o ODC, despesas de custeio, quem tem o mínimo de iniciação em relação ao orçamento é o famoso Grupo 3, o pessoal aqui é grupo 1, que é o grupo rígido.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Quando nós elaboramos o orçamento, a primeira coisa que fazemos é separar quanto vamos gastar com pessoal. Distribuem-se as cotas de pessoal a todas as unidades orçamentárias e aí o que sobra é para o grupo 3, que é ODC, e você tem investimento de 3%. Como aqui o orçamento, a despesa é total, tem despesa de capital, de investimento de 3%, amortização, juros e reservas de contingência e inversão são menores.

E para fazer um comentário em relação a essas despesas, essas despesas foram todas distribuídas, relacionadas, tendo como referência a Emenda Constitucional nº 81.

A Emenda Constitucional nº 81 é só para dizer o seguinte: primeiro você tem que escrever com equilíbrio e segundo você tem que garantir. A partir do momento que você garante as despesas obrigatórias, você tem que distribuir isso para ODC de tal forma que você não gaste mais do que as receitas primárias estabelecidas na Emenda.

Próxima.

Aqui eu fiz uma distribuição destacando o Executivo, é o seguinte: tudo o que foi arrecadado no Estado, 53% está indo para o pessoal em cargos do Executivo. Custeio e investimento mais as vinculações de saúde e educação, 8,1%, as discricionárias contingenciáveis, 4,1%.

Discricionária contingenciável seria uma despesa discricionária que você poderia escolher ou não, no entanto, ela tem leis que vinculam àquele gasto, então, você gasta 4,1% como se fosse uma despesa obrigatória, ainda que discricionária, mas tem uma lei que a vincula à despesa.

O duodécimo, a receita dos Poderes, 15,4%. Isso que estou falando aqui é de todo o Estado e de todos os Poderes, mas está classificado. Então, você vê aqui que o gasto de Poderes está 15,4%; serviços das dívidas 7,6%.

É importante mostrar esse número da dívida, porque o peso da dívida no orçamento do Estado de Mato Grosso é muito pequeno, relativamente 7,6%. O problema está na rigidez de outros gastos, porque tudo o que vem antes é rígido, PASEP é rígido, você tem pagar; os precatórios você tem que pagar; as Emendas impositivas você tem que pagar.

Se vocês observarem bem neste quadro aqui, há muito pouca despesa discricionária no Estado, ou muito pouca receita que você pode programar para poder fazer por causa da rigidez das leis e por causa das chamadas vinculações. Por exemplo, Emenda impositiva é 0,7%, são 150 milhões por ano; PASEP, 1,2%, dá uns 300 milhões por ano. Quer dizer, são despesas que nós somos obrigados e que não tem como deixar de realizar. Se você não paga o PASEP, você entra no cálculo, você acaba não recebendo as transferências obrigatórias, você não assina nenhum convênio com a União e com ninguém.

Duodécimo é uma obrigação constitucional, 15,4%. O serviço da dívida é obrigatório. Essas discricionárias contingenciáveis, que nós chamamos contingenciáveis, na verdade, são pouquíssimas forças que nós temos para poder de fato fazer algum remanejamento no orçamento.

Então, se você pegar Poderes de 15%, pessoal e encargos do Executivo, só aqui você tem praticamente 70% do seu orçamento distribuído dessa maneira, de tudo, eu estou falando de todas as receitas. Aqui estão as receitas orçamentárias próprias, inclusive, dos outros Poderes. Nós estamos escrevendo para o Estado e há as regras para cada um dos Poderes elaborarem.

Eu queria fixar aqui, porque esse é um debate permanente, quer dizer, Poderes. Eu estou aqui na Casa, em um Poder fundamental que vai elaborar... Hoje, na nossa previsão para 2019, são 15,4%. Esse número aqui já chegou a 17%, não sei se vocês têm ideia das vinculações, porque tinha aqui uma vinculação do duodécimo com receita, hoje não existe mais.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Hoje é o seguinte: em 2017 nós escrevemos a LOA para vigorar em 2018, com o orçamento de 2017, mais a inflação. Em 2018 nós só crescemos os Poderes, a inflação era de 3% previsto, se eu não me engano. Para este ano a proposta aqui é de congelamento dos Poderes. Então, o orçamento previsto para os Poderes em 2019 é igual ao de 2018, é igual, não tem nem correção de inflação. A proposta que consta na LDO é que o Tribunal de Justiça receba de duodécimo 1 bilhão e 17 milhões, que é exatamente o orçamento de 2018. E assim os outros Poderes.

Eu vou colocar aqui, essa é uma proposta, Deputado Wilson Santos, de avanço em termos de uso dos recursos públicos do Estado de Mato Grosso, no sentido de fazer com que haja um mínimo de boa distribuição dos recursos.

Esse gráfico aqui, quem não teve a oportunidade de ver, ele está no Tribunal de Contas do Estado, no *site* do Tribunal de Contas, que é o voto do Conselheiro Substituto João Batista de Camargo Júnior, Relator das Contas Anuais do Governo, exercício de 2017. Ele mostra aí o seguinte: a Receita total entre 2014 e 2017 cresceu 18%. Não tem aquela receita total que aparece que é o bolo de arrecadação do Estado? Esse crescimento foi de 18%.

A inflação...

Se você deduzir a inflação do período, nesse período, a receita do Estado teve um decréscimo de 10% em termos reais. Em termos nominais cresce, mas nesse período, de 2014 a 2017, houve um decréscimo de 10% da Receita total do Estado. No entanto, a Assembleia Legislativa recebeu 43% a mais. Isso é corrigido pela inflação. Isso é a preços de hoje, a preços de 2017, que é referência. Quer dizer, tudo isso aqui é comparável. Tudo isso aqui é comparável: cresce 43%; Poder Judiciário cresce 45%; Tribunal de Contas cresce 40%; Ministério Público cresce 45%; Defensoria Pública cresce 58%. Como estamos tratando da distribuição dos recursos, isso significa que nesses últimos anos houve um crescimento real de transferência de recurso para os Poderes e os órgãos autônomos do Estado. Tem-se, portanto, um crescimento acima das receitas. Quer dizer, tivemos um período de crescimento negativo em termos reais de receita e crescimento positivo. Isso ocorre, também, com os gastos com pessoal.

Esses dois itens, que são o que classificamos em qualquer orçamento no mundo, aqui no Brasil e em qualquer lugar do mundo, são a chamada rigidez. Isso aqui nos impede, de fato, de fazer política pública, porque você tem evidentemente uma questão estabelecida previamente que o seu poder discricionário de fazer política pública diminui.

Essa é uma realidade! Isso, inclusive, foi um dos motivos de se fazer a Emenda Constitucional nº 81, que é uma tentativa...

Isso eu estou colocando aqui, porque quando eu colocava isso nos debates da Emenda Constitucional, em qualquer lugar que eu ia, a minha voz não tinha credibilidade, porque era como se eu estivesse defendendo interesse específico de um Poder.

Na verdade, aqui é um voto de um Conselheiro que demonstra e ele fala textualmente que isso não pode continuar assim. Isso aqui não se sustenta! Não se sustenta! Ele faz esse posicionamento claro e, inclusive, estabelece providências para tomarmos.

Essa é uma realidade do Orçamento público do Estado de Mato Grosso. Essa realidade nós acreditamos que muda com... Uma das providências fundamentais tomadas foi a Emenda Constitucional nº 81. Essa Emenda Constitucional disciplina isso, porque isso não pode mais acontecer, você fazer com que o crescimento das despesas aumente mais que as receitas. Se você tem esse desequilíbrio, sabe quem vai pagar a conta? A precarização dos serviços públicos, porque você gastará menos com custeio. A única maneira que você tem é gastar menos com custeio.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

É um balanço! É um balanço! O Orçamento é uma conta de soma zero. Se você aumenta os gastos rígidos, você tem que diminuir os gastos que não são rígidos. Não há outra alternativa!

Isso do lado...

É claro que você pode, perfeitamente, como é esse o esforço, por exemplo, diminuir a renúncia fiscal. A própria PEC estabelece isso. A PEC tem um artigo que estabelece claramente isso. E essas providências já estão sendo tomadas. Quer dizer, você fazer com que a renúncia fiscal diminua para não ter tanta receita renunciada, os chamados gastos tributários. Você tem que estabelecer... Tem um artigo que estabelece também a necessidade de se fazer uma reforma administrativa no Estado. Esse mesmo artigo estabelece que você tem que fazer uma reforma da Previdência do Estado. Há outro artigo que estabelece que você tem que estabelecer uma lei de eficiência do gasto. Todas essas providências foram cravadas na Constituição do Estado de Mato Grosso por meio da Emenda Constitucional nº 81 e essas providências estão sendo tomadas.

Quer dizer, internamente, começamos a tratar disso seriamente no Estado para fazer com que... Porque já chegamos à conclusão – claro que sabíamos disso - que a Emenda Constitucional não é suficiente para reverter essa situação e fazer com que as despesas de custeio financiem os gastos rígidos do Estado. É isso que acontece! Por que não tem dinheiro? Porque as despesas rígidas cresceram tanto que a maneira de você compensar é reduzindo o custeio. E quando você reduz o custeio você estabelece dificuldades para cumprir com as políticas públicas. Você faz política pública fazendo diretamente o custeio.

Nós ainda precisamos de muitos investimentos para transformarmos este País em um país desenvolvido, mas um país desenvolvido, por exemplo, não tem necessidade de fazer investimento. Ele só tem que garantir o custeio e garantir custeio é fazer com que o que você tem funcione. Estamos perdendo, porque nem com o que nós temos nós estamos conseguindo funcionar direito. Então, as políticas foram estabelecidas claramente com a ideia de ao longo do tempo você tirar o Estado dessa situação.

Por último, vou mostrar mais uma tabela que é o anexo de prioridades.

Nesse anexo de prioridades você destaca...

Eu só queria destacar o que está em azul que, pela primeira vez, aparece no anexo de prioridades que diz que pagamento de servidores ativos e inativos e amortização em caso da dívida é prioridade, porque fazemos aquele discurso que vamos priorizar o seguinte: educação, saúde, segurança, mas em uma situação como essa, na verdade, a prioridade é pagar os servidores e o encargo da dívida.

Se você pegar servidores e encargos da dívida, já dará mais de 80% de tudo que se arrecada. Então, essa é a prioridade. Cumprida essa prioridade vamos ter que, de fato, cumprir os programas - vamos dizer assim - ligados às demandas que, de fato, a sociedade tem que são: educação, saúde, infraestrutura logística. Essa infraestrutura logística está muito ligada às operações de crédito feito.

Bom, pessoal é isso!

Desculpe por ter ultrapassado o tempo, além dos 20 minutos que o Deputado me deu, mas me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Secretário Guilherme Müller.

Quero convidar para compor a mesa o Dr. Luís Otávio Sabóia, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Obrigado, Doutor, pela presença!

Quero registrar a presença do Sr. Antônio Wagner, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros; Sr<sup>a</sup> Roberta de Castro Pinto Penna, Exm<sup>a</sup> Secretária Adjunta de Orçamento da SEPLAN.

Já passo a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Oscarlino Alves.

Depois, estão inscritos: Antônio Wagner, Dr. Luís Otávio Sabóia, Domingos Sávio da Cunha Garcia; Orlando Francisco, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público; e Serafim Ferreira de Oliveira.

São seis inscritos. Ao final da fala do Oscarlino se encerram as inscrições para usar da palavra. Então, quem ainda quiser usar da palavra poderá se inscrever até o final da fala do servidor Oscarlino Alves.

Vamos estabelecer 5 minutos para cada interlocutor.

Então, Oscarlino, você tem 5 minutos.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Bom dia a todos!

Eu acho que tem pessoas que podem testemunhar que pela trigésima vez estou aqui em uma Audiência Pública em três anos e meio de mandato do Governo.

Vimos aqui fazer um debate, fazer uma discussão, viu Deputado!

Quero cumprimentar o Presidente da mesa, Deputado Wilson Santos; o Secretário Professor Guilherme Müller; cumprimentar a plateia, senhores e senhoras.

Têm poucas pessoas do movimento organizado, do movimento civil, dos movimentos sociais aqui presentes, justamente, porque não fomos convidados para as duas Audiências.

Os movimentos sociais e sindicatos vêm sendo convidados pontualmente para todas as Audiências Públicas. Desta feita, deixo aqui a crítica ao Cerimonial que não recebemos o *e-mail* com o convite para a Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e nem para esta da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa. Estranhamente, porque estamos trabalhando o orçamento que vamos deixar para o próximo Governo, seja reeleito ou não.

Então, eu vou deixar alguns questionamentos aqui.

A apresentação que está disponível, Secretário Guilherme, no *site* da SEPLAN diverge um pouco, porque ela faz um comparativo com a Lei Orçamentária Anual de 2018.

Eu gostaria que o senhor esmiuçasse em números, em dados e informações qual foi a margem de erro da Lei Orçamentária Anual que dá 11% de diferença do que está sendo previsto de 2018 para 2019.

Então, dão 3 bilhões de diferença do que foi programado para o orçamento de 2018 e o que está sendo realizado em 2018. Três bilhões de reais a menos do orçamento, sendo que nós vimos, inclusive, que as despesas com o pessoal estão em linha, não são crescentes as despesas com pessoal, mas a amortização da dívida cresceu de forma significativa, sendo que é uma dívida controlada, é um Estado altamente solúvel, viável, um Estado que deve pouco menos do que 30% do que arrecada no ano. Então é um Estado completamente viável; mostra que a dívida do Estado está controlável.

Outra informação, eu acho muito pouca as prioridades do Governo colocarem a saúde apenas como assistência farmacêutica como prioridade.

Nas apresentações passadas, Secretário, tivemos uma apresentação na LDO que dá as diretrizes para as Leis Orçamentárias com um pouco mais de destaque; com um pouco mais de detalhamento; qual a estimativa de receita que vai poder ser o foco para área de saúde pública;

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

vinham valores determinados para, inclusive, compararmos a evolução do gasto com a saúde pública, que é prioridade, que tem que ser prioridade do Estado, seja para o Governo reeleito, seja para o próximo governante que vier no próximo ano, porque isso aqui vai ficar de herança.

Precisamos ver esses números, porque o que acompanhamos aqui, senhores que nos assistem no Estado de Mato Grosso, a evolução da receita com a saúde pública é decrescente e a necessidade é muito maior, já até passamos para o Deputado Wilson Santos lá na prestação de contas da saúde. A necessidade ultrapassa a casa dos 2 bilhões, está sendo subfinanciada.

Isso não é de agora, de governos passados também. Mas o atual Governo falou que a saúde pública iria ser tratada com prioridade, e sem recursos públicos suficientes não dá para tratar a saúde pública na esfera do Estado. Nós temos uma necessidade de 2 bilhões e 200 e está sendo aprovado por esta Casa de Leis 1 bilhão e meio. Não dá! Não dá!

O presságio, novamente, do que vai acontecer das catástrofes junto à população de falta de medicamentos, de falta de assistência na média e alta complexidade e de subfinanciamento, inclusive, de repasses da atenção básica para os municípios está aqui,, estava descrito aqui. Já começa a ser descrito desde agora.

Então, marcou a responsabilidade da Casa de Leis também quando aprova um projeto dessa envergadura.

E uma outra coisa que eu não vi, que é muito preocupante para nós servidores públicos, ver um quadro altamente explicativo da margem de expansão das despesas obrigatórias, onde está previsto a expansão da folha de pagamento; a RGA, que é um direito constitucional dos servidores públicos, não vimos na apresentação da LDO também. Queremos ver o que está sendo reservado, porque o Imposto de Renda há uma problemática no Estado que se criou um imbróglio. Primeiro, tiraram o Imposto de Renda... O Conselheiro, na decisão, apresentou também lá no Tribunal de Contas a retirada da base de cálculo do Imposto de Renda.

Os senhores que nos assistem, saibam, temos quase 1 bilhão de reais de Imposto de Renda, que é feito encontro de contas, que não vai lá para o Fisco Federal, porque não teria sentido. Então, ele fica no cofre do Estado e queremos saber, Secretário, novamente, queremos desmistificar a questão da escrituração contábil do Imposto de Renda. Está entrando esse recurso. Tem uma hora que entra como despesa, tem outra hora que tira da base de cálculo da receita. Isso tem complicado. Estamos vivendo uma expectativa muito ruim que vai desembocar isso na época da eleição.

Já vamos deixar um recado aqui, não é uma ameaça, a Casa de Leis aprovou uma emenda constitucional, fez a previsão da RGA, o Governo fez a previsão da RGA, o Tribunal de Contas fez um contraponto agora no pagamento, um acordo que sentamos e está previsto na Lei nº 10.572/2017, não vamos admitir a quebra do direito. Está negociado, foi pactuado, foi a duras penas essa RGA parcelada, que significa perda salarial para nós, justamente, pelo parcelamento, porque não recupera esse parcelamento. Nós não vamos admitir e vamos deixar um recado: se cortar a RGA, é greve.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Antes do Sr. Guilherme responder, quero dizer ao Sr. Oscarlino que as Audiências Públicas estavam marcadas na agenda oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e na Audiência Pública da semana passada, inclusive o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputado Max Russi, reforçou o convite. Mas o importante é que vocês estão aqui.

Assim que o Secretário Guilherme responder, o próximo é o Sr. Antônio Wagner.

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER- Sr. Oscarlino, eu vou começar pela última pergunta.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Eu fui claro ao estabelecer que tudo de direito dos servidores está aqui. Essa é uma ameaça descabida. Desculpe!

Tudo que você falou antes eu ou ter que responder com certo detalhe. Mas eu respondo, de pronto, que aquela previsão – e estão abertos esses números, pode ir à SEPLAN, se não te atenderem eu te atendo - de todos os direitos dos trabalhadores está aí, tanto é que ele entrou no anexo de prioridade, Sr. Oscarlino.

Quem está me ouvindo, como ele falou que todo mundo está ouvindo lá fora, pelo amor de Deus, está aqui! Está aqui!

Mas essa não deixa de ser uma preocupação do Estado, porque é o maior gasto rígido que o Estado tem. Isso está previsto. Estão previstos quatorze bilhões de gasto com pessoal. Isso é para, absolutamente, ser cumprido. Está explicitado que é prioridade o pagamento dos passivos e dos inativos.

Eu não fiz uma apresentação detalhada pelas experiências que percebemos. Quer dizer, eu fiz na anterior com o detalhe, comparando 2018 com 2019, LOA, exatamente, porque houve diferenças mesmo de receitas, algumas receitas que eram patrimoniais, que não conseguimos arrecadar, como venda de patrimônio, conta do Banco do Brasil, que não conseguiu realizar. E para poder fazer a projeção para 2019, como você está falando, nós estamos aqui tratando do futuro, de 2019, para poder escrever uma lei corretamente, analisamos o que está acontecendo em 2018, Sr. Oscarlino. Você sabe bem disso!

Então, eu fiz, simplesmente, uma simplificação. Absolutamente, não estão erradas aquelas informações que comparamos o que foi a LOA de 2018 à Lei, só que nós trabalhamos todo mês com reestimativa de receita. São essas receitas que servem de base para projetar 2019. Você não pode projetar a receita de 2019 com o Projeto de Lei de 2018 da LOA, que foi feita em abril de 2017.

Então, é simplesmente uma coerência metodológica para você projetar. E as projeções de receitas estão cada vez mais apuradas e os erros são cada vez menores.

O detalhe da distribuição desse recurso pelas vinculações constitucionais, como saúde... A saúde tem o mínimo de 12% e nesta LOA ela está prevista praticamente em 14%, 13,80% e é isso que vamos repetir na LOA de 2019.

É suficiente? Não é suficiente, sabemos que não é suficiente.

Isso que você fala de que precisa de mais um bilhão e meio para saúde não vai ter mesmo. Quer dizer, não vai ter dentro dos limites de receitas que o Estado tem nessas projeções. Agora, se as receita melhoram e tem um desempenho maior, claro que você vai fazer 500 milhões a mais.

Quer dizer, a saúde com mais 500 roda...

(O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER - Não. Pelo trabalho que levantou na saúde...

(O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER - ...você falou como tapando buraco.

Nós não. Nós achamos que precisa de no mínimo um bilhão a mais para a saúde pode desempenhá-la desse jeito.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Aquele anexo de prioridade que fala de farmácia era para destacar. Na verdade, há várias áreas da saúde e, na verdade, estabelecemos uma regra para dizer de fato o que era prioridade.

Ainda que eu tenha simplificado mais o entendimento dessa fala, porque quando você coloca, Oscarlino, numa tabela quatro colunas, claro que se você pega, leva para casa e analisa fica mais fácil, mas para conversamos aqui é mais fácil assim. Então, a ideia de hoje foi apresentar uma coluna do que se prevê arrecadar em 2018 e projetar para 2019. Não tem como fazer diferente.

Por exemplo, não colocamos aqui o FEEF porque quando escrevemos a lei em abril, protocolamos aqui o FEEF, que é um recurso carimbado para saúde, na hora que se escrever a LOA vai ser carimbada na saúde, não está prevista essa receita ainda, porque ela foi sancionada na semana passada, que ficou basicamente para saúde, 100% distribuído por alguns componentes da saúde.

Então, neste momento é uma diretriz, diretriz essa referenciada legalmente e constitucionalmente.

Se houver aumento de arrecadação nesse período, nós podemos projetar isso na LOA.

Existe uma discussão...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário, só mais um minuto para o senhor encerrar essa resposta.

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER - Vou encerrar.

Por exemplo, o FEX. O FEX tem uma lei já aprovada na Comissão, que já está tramitando no Senado, ou melhor, foi aprovado no Senado e está indo para a Câmara, que pode acontecer a vinda de um bilhão a mais para o Estado. Quer dizer, um bilhão a mais para o Estado dentro das prioridades estabelecidas são recursos que têm que ser distribuídos dessa maneira e, claro, vocês vão acompanhar essa distribuição na época da elaboração da LOA.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Secretário.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Antônio Wagner, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiro Seccional/MT.

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – Bom dia, senhoras e senhores!

Bom dia, Deputado Wilson Santos, na pessoa de quem cumprimento a mesa.

Bom dia, companheiros dirigentes sindicais também, que mais uma vez faz-se presentes para esta discussão.

Todas as vezes que somos convidados participamos, até para fazer um contraponto a alguns argumentos técnicos do Governo.

É bom que esta Audiência Pública seja televisionada.

Primeiro quero dizer do prazer de falar enquanto Presidente da CSB, já que a nossa companheira Diane Dias se afastou das funções da Presidência, nós, que temos cinquenta sindicatos filiados no Estado de Mato Grosso, estamos presentes dentro do fórum sindical, tentando ajudar essa discussão no que tange ao servidor público.

A narrativa de desconstrução dos servidores públicos é reinante e insistente e não vem desse governo, mas esse governo insiste em continuar com a mesma.

Eu acho que mais que a perda de direitos, o que tem incomodado tanto, sobremaneira, os servidores públicos é essa narrativa de desconstrução das nossas responsabilidades, das nossas atribuições e das nossas importâncias dentro da administração pública.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

---

É bom que gravada seja esta Audiência Pública, para fazermos determinado questionamento: é possível o Estado desempenhar o seu papel social sem servidor público? É possível fazer segurança pública sem policial, sem delegado, sem escrivão? É possível cuidar da saúde pública sem médico, sem enfermeiro, sem técnico de enfermagem? É possível desenvolver as peças orçamentárias sem os analistas da área meio do Poder Executivo, sem os técnicos, sem os advogados? É possível cuidar da logística sem os analistas da SINFRA? Não.

Então, gasto com pessoal é um gasto necessário para o Estado desenvolver o seu papel social.

É importante também darmos a César o que é de César.

Vimos aqui um dado interessante. São 420 milhões previstos para o ano que vem só de juros e encargos com a dívida pública. E eu insisto, porque faço parte da Auditoria Cidadã, é um dinheiro que vai para bancos e organismos internacionais e para o Governo Federal, e que sai da economia de Mato Grosso.

Pelo que me consta, em algumas delações, aquela transação que vendeu a conta para o *Bank Of America*, autorizada por esta Assembleia Legislativa, houve uma delação que fala que aquela venda foi fraudulenta, de 400 milhões, já pagamos um bilhão e meio e temos mais um bilhão e meio para pagar. Vendemos 400 milhões de reais, pagamos um bilhão e meio e ainda temos mais um bilhão e meio para pagar - e ela não foi contestada na Justiça.

Há três anos falamos em uma série de incentivos e renúncias fiscais que foram obtidas de forma fraudulenta, que o Governo demorou tempo demais para acionar judicialmente, para recuperar esses dividendos que foram tirados dos cofres do Estado de forma fraudulenta.

Mas não são só 400 milhões de juros e encargos da dívida, não.

Ainda temos 566 milhões previstos, e aumentou 500 para 566, para amortização do principal dessa dívida, que nunca amortiza.

É impressionante como pagamos essa dívida há 20 anos, ela foi aumentada quase que seu dobro, também autorizada por esta Assembleia Legislativa, principalmente pelos Deputados do mandato passado, e 16 Deputados do mandato passado fazem parte do mandato atual, que autorizaram um alto endividamento do Estado.

Eu faço questão de frisar a dívida pública, porque não é dinheiro que vai para a educação, não é dinheiro que vai para a saúde, não é dinheiro que vai para pagar pessoal, não é dinheiro que vai para cuidar das políticas públicas.

Primeiro, as obras do alto endividamento da Copa do Mundo foram para fazer obras superfaturadas, para irrigar o bolso de 22 Deputados desta Casa de Leis delatados, envolvidos em atos de corrupção. Está no *Jornal Livre* - vinte e dois Deputados.

Temos agora a previsão, mais uma vez, de um empréstimo de oitocentos e lá vão cacetadas para a construção de pontes.

Faço mais uma pergunta para você que está em casa, para você que assiste a *TV Assembleia*... Eu sei que precisamos de infraestrutura, logística, ponte, estrada, meio-fio, iluminação. Eu sei. Mas, mais do que ponte, estrada e iluminação, nós precisamos de saúde de qualidade que dê dignidade à população.

Não é...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Concedo mais um minuto.

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – Concluo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Não é possível continuarmos aceitando que o Estado se endivida mais e mais e prolongue essas dívidas mais 20, 30 anos. Quem lucra com isso são os banqueiros, organismos internacionais e o Governo Federal, e essa dívida nunca foi auditada.

E não é possível que nós permitamos, e esta Casa de Leis continue permitindo, que contraíamos empréstimos nacionais e internacionais, só sobre o pretexto de logística e infraestrutura, enquanto as pessoas morrem nos hospitais, enquanto nossos alunos estudam em escolas sucateadas.

Será que não há fonte de financiamento de recurso para esses programas sociais? Já que para mim são mais emergenciais do que rodovia para grande produtor rural escoar a sua produção sem pagar impostos e o FETHAB é uma taxa. Não é um imposto que vai para todos.

Será que como sociedade podemos escolher para qual lugar vão os nossos recursos pagos em tributos. Por que o agronegócio pode? Por que o agronegócio arrecada 1 bilhão em FETHAB e decide para qual lugar vai o asfalto na porta de cada estrada do grande produtor rural? Será que essa é a lógica de Estado que nós queremos?

Será que esta é a logística de Deputados e mandatários do povo que nós queremos agindo em nome do interesse do capital apenas e tão-somente? Será que não é esta reflexão de como gerimos os recursos públicos para qual lugar serão direcionados se a nossa capacidade de investimento é pequena? Por que nós gastamos com servidor, porque é o servidor quem pratica política pública para o Estado? Será que não temos que priorizá-lo melhor?

Na LDO passada, Oscarlino, nós vimos que a capacidade de investimento ...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Antônio...

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA - Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Você já ultrapassou três minutos.

Vai prejudicar o outro. Eu vou cortar do outro...

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA - ...cinquenta e seis por cento foram para estrada e 0,56% foi para a saúde...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos respeitar o que foi estabelecido aqui, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – Só para este dado.

Na LDO passada 56% foram para estradas...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quero convidar o próximo o Sr. Luiz Otávio Sabóia, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

O SR. LUIZ OTÁVIO SABÓIA – Bom dia a todos!

Bom dia, Deputado Wilson Santos, Presidente da mesa!

Bom dia, Secretário!

Bom dia meu colega de profissão, José Arimateia; Presidente da Associação de Magistrados de Mato Grosso que se faz presente.

Gostaria de cumprimentar a todos os presentes e ressaltar que Audiência Pública quando se discute orçamento para mim é um instrumento de extremo civismo democrático, porque efetivamente é o chamado da sociedade para que nós possamos discutir orçamento e para qual lugar nós queremos aplicar, como foi dito pelo orador que me antecedeu, os nossos recursos.

Deputado, eu participei da outra Audiência Pública com o Secretário, fiz algumas indagações e algumas indagações persistem. É só para pontuar algumas coisas porque cada um de nós está aqui representando um segmento da sociedade e é óbvio que eu tento falar naquilo que me afeta que é o Poder Judiciário.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Com relação ao Poder Judiciário, eu gostaria de traçar só algumas balizas. O Poder Judiciário, creio, não sei se é o único, mas o Poder Judiciário está rigorosamente dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alguns Poderes, é sabido, ultrapassaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, possuem problema com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, e aí cada Poder precisa, necessita tomar as providências para que faça as suas adequações.

O Poder Judiciário hoje está rigorosamente dentro do limite prudencial de 5,75%. Chama-me a atenção alguns dados que foram apresentados com relação ao aumento de repasses, porque eu tenho dados diferentes daqueles que me foram, daqueles que foram externados em relação à evolução total do orçamento do Poder Judiciário.

E quando nós verificamos o orçamento total do Poder Judiciário, quando eu levo em consideração a Fonte 100, Secretário, a Fonte 115 e a Fonte 240, o que eu tenho do ano de 2018 para o ano de 2019 é redução.

Esse ano de 2018, 01 bilhão e 495 milhões; ano que vem 01 bilhão e 486 milhões. Quando nós analisamos a LOA como um todo e verificamos todas as Fontes disponíveis, Fonte 100 e Fonte 196 que é o Tesouro, Fonte 115 pensionistas e inativos e Fonte 240 que são os nossos recursos próprios, e aí, dito a questão do FUNAJURIS.

Chama-me a atenção porque a Emenda nº 81 do ano passado, criou a figura do Regime de Recuperação Fiscal – RRF e nós sempre trabalhávamos, sempre trabalhamos tendo como norte a LRF que é a LCR como base para todos os nossos cálculos.

Quando nós pegamos a LCR, e fazemos um comparativo histórico de 2012 a 2019, o que eu tenho é o crescimento na LCR, fonte das SEPLAN de 2018, é o relatório que eu tenho da SEPLAN, tanto a LCR projetada quanto a LCR realizada.

Ano passado inclusive, mesmo com a incidência do imposto de renda em 2017, eu tive no ano de 2018, um aumento da RCL em 0,89; se eu incluir o imposto de renda na RCL do ano passado, eu tenho um aumento de 4,63, fontes da SEPLAN, do lugar no qual o relatório foi extraído.

Chama-me a atenção toda essa dificuldade orçamentária que está sendo passada para o orçamento de 2019.

Vou voltar àquele questionamento que fiz para o senhor na última Audiência, nós estamos prevendo uma frustração de receita de 2018 para 2019, na ordem de 4,5 %; 20 bilhões para 19 bilhões.

Por outro lado, nós estamos prevendo na LDO, nós e não o Estado e aí colocamos nós, pois somos todo o Estado. Estamos prevendo um incremento na renúncia fiscal da ordem de 10%, de 350 para 380 milhões, o senhor colocou que não são.

O Estado está tomando providências, existem renúncias que eram realizadas, mas o Estado não contabilizava e tudo mais. Precisa realmente isso ser regularizado, mas me chama a atenção alguns anexos da Lei que foi encaminhada pelo Executivo para o Poder Legislativo apreciar.

No anexo da lei que fala de renúncia fiscal, tem como incentivo com renúncia fiscal não programática, uma redução da alíquota de ICMS de 35% para 25%, para armas, munições, cervejas e chopes, é assim que está descrito no anexo.

Na ordem de 82 milhões será essa renúncia, talvez esses 82 milhões pudessem ser melhor utilizados em políticas públicas.

Tenho de outro lado, Secretário, um dado que me chama a atenção. Existe um fundo de renúncia fiscal de bebida genérica, é assim que está no adendo.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

---

Segmento de atividade econômica; essa renúncia fiscal vai ser pela SEDEC, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para o setor de bebidas da ordem de 353 milhões de reais.

É outra renúncia que nós estamos fazendo para o setor de bebidas, e se não me engano tem alguma cervejaria aí que teve algum problema na Lava Jato, nessas coisas. Não sei se isso abrange ou não essas cervejarias, mas aqui está para bebidas.

E nós temos no adendo de renúncia fiscal do PRODEIC novos enquadramentos da ordem de 331 milhões de reais. Se eu somo esses 03, só esses 03 segmentos, eu tenho aí uma renúncia que me chama a atenção e não entendo porque vamos aumentar a nossa renúncia fiscal se vamos ter frustração de receita em mais de 10%.

Só para fazer uma ressalva, Secretário, aí na última Audiência Pública foi nos dito...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr. Luiz, o senhor tem mais 01 minuto.

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO – Mais 01 minuto, eu sei. Muito obrigado, Deputado.

Foi-nos dito em relação à evolução de repasses ao Poder Judiciário... Na realidade, para 2018 e 2019, eu estou tendo um decréscimo, não um congelamento, eu estou tendo um decréscimo, porque, se eu pegar de 2013 a 2018, o percentual de repasse, levando em consideração a RCL, é 6%. Isso vem congeladinho, bonitinho, ao longo dos anos. Para o ano que vem, considerando a RCL, já que será congelado nominalmente o valor de repasse, eu tenho um percentual de 5,57% na RCL, ou seja, uma redução de 0,43%.

Estou colocando esses números, Deputado, porque desde 2007 o Poder Judiciário possui a mesma estrutura em relação a comarcas. Temos 19 comarcas no Estado. Eu já fui juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça na gestão do Desembargador Orlando e auxiliar da Desembargadora Maria Erotides na Corregedoria-Geral de Justiça. Todo ano, todo semestre, todo mês é recebido praticamente um Deputado, um prefeito, um vereador, comissão de cidadãos, de vereadores de todos os Municípios do Estado solicitando abertura de novas varas, instalação de novas comarcas, novos juízes, mais servidores, e não temos como atender essas demandas.

A solução, a meu ver, seria – e eu já passei isso para um dos possíveis candidatos da próxima gestão – “vamos fechar comarcas”. Vamos suspender varas como o Desembargador Orlando fez em 2014 quando suspendemos varas em todo Estado de Mato Grosso, e aí foi uma choradeira no Tribunal de Justiça, que precisávamos abrir essas varas. Vamos, então, fechar essas varas. Não podemos ter só um movimento contrário dos outros Poderes ou dos demais segmentos fazendo pressão para a reabertura dessas varas.

O Poder Judiciário nos últimos 04 anos é o Poder que mais vem recebendo demandas, incremento de demandas. Só um último dado para os senhores entenderem o porquê me preocupa essa redução percentualmente em relação à RCL. Por que isso me preocupa? Em 2000 tivemos uma evolução de número de processos, essa é a minha realidade, todo ano temos recebido novas ações no Tribunal de Justiça. Entre 2013 e 2015, a média de processos era de 338 mil a 350 mil processos novos todo ano. Em 2017 entraram no Poder Judiciário 515 mil novas ações.

No ano de 2018, nós estamos com a projeção, com o volume que já entrou, de 526 mil novas ações. Meio milhão de novas ações todo ano. É um volume de demanda... E o Poder Judiciário de Mato Grosso, segundo o relatório do CNJ, é um dos mais produtivos do País. Chame-me a atenção, como conseguiremos distribuir justiça, como conseguiremos garantir políticas de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

segurança pública, políticas de saúde? Porque todos os percalços que o Sr. Oscarlino colocou desembocam no Poder Judiciário.

Minha esposa é magistrada, no final de semana passada ela estava de plantão e 2h fomos ao Fórum, 3h fomos ao Fórum, no domingo, 01h30min levei-a ao Fórum. “Você é quem leva?” É. Porque ela é mulher e eu acompanho a minha esposa para ela não ir sozinha ao Fórum. Todos esses dias, demandas tentando garantir UTI e atendimento aos cidadãos de Mato Grosso. Essa distribuição da Justiça, com o orçamento que temos, será prejudicada, principalmente, nos rincões de Mato Grosso, aonde nós teremos, mais cedo ou mais tarde, de fechar comarca.

O último dado, Secretário, se me permite, na última Audiência Pública, eu coloquei com relação ao descumprimento da PEC, com relação àquele dispositivo que prevê que o orçamento de 2019 levaria em consideração o IPCA deste ano e não está sendo levado. Está lá na PEC. Não podemos cumprir pedaço da PEC e um pedaço não. Ou se cumpre ela integralmente ou vamos esquecer a PEC e vamos negociar outra coisa, mas está lá na PEC que o orçamento de 2019 preveria o IPCA do ano de 2018. Está expresso.

Com relação a repasses, está expresso, o que não vai acontecer infelizmente, porque a RUT não dará nunca excesso de arrecadação. Em 2014, 2015, 2016, seria com pagamento por meio da RUT. A RUT, depois dos descontos que foram realizados, praticamente nunca dará um excesso. Mas nós temos problemas, sim, nos repasses dos duodécimos. Janeiro deste ano, eu tenho problemas ainda, até hoje está aberto o repasse de janeiro de 2018 em 11 milhões.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr. Luiz Octávio, infelizmente...

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO – Obrigado, Deputado.

Obrigado Secretário.

Desculpa me alongar, peço desculpa por ter extrapolado o meu tempo estabelecido, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mas esta é só a primeira rodada, depois que encerrar as inscrições, encerra aqui no Maurício Munhoz, aí vamos reabrir com tempo menor, porque, se algumas coisas ficarem necessárias de realocação, vamos permitir...

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO – Eu peço desculpa por ter me alongado, mas faço de novo a “parabenização” tanto à SEPLAN quanto à Assembleia Legislativa por permitir, por possibilitar que nós façamos essa discussão. Essa discussão é essencial, ela não pode passar ao largo da sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, o Professor Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT.

Depois, estão inscritos: Orlando Francisco, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público, Serafim Ferreira de Oliveira e Maurício Munhoz.

Quando encerrarmos esta rodada, vamos inaugurar uma segunda rodada com tempo menor para aqueles que queiram reutilizar ou utilizar por primeira vez.

Por favor, Professor Domingos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Wilson Santos, que está na presidência, o Secretário Guilherme e sua equipe e os colegas sindicalistas aqui presentes.

Eu quero, inicialmente, repetir o que tenho dito nos 02 últimos anos: uma famosa frase do então Ministro da Fazenda da Primeira República, Secretário Guilherme, João Pandiá Calógeras: “Todo orçamento é tradução em números de uma determinada orientação política”,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

---

portanto o que está se propondo aqui é uma determinada orientação política para a esfera orçamentária. Esse orçamento, portanto, não é isento. Orçamento não é uma peça técnica como muitos querem fazer crer, apesar de ter uma técnica de elaboração orçamentária.

A primeira questão que quero destacar: é passado para a população de Mato Grosso que vivemos numa crise fiscal. Essa crise fiscal se manifesta, ao longo do ano, numa série de problemas e se manifesta também no orçamento.

O problema é que o Estado de Mato Grosso, reiteradamente, em particular o atual Governo do Estado de Mato Grosso, quer enfrentar a questão da crise fiscal sempre pelo lado da despesa e não pelo lado da receita. A pesar do discurso, de falar que também vai enfrentar pelo lado da receita. E é exatamente nesse descompasso que se encontra a questão da orientação política que se manifesta, inclusive, aqui nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em particular, quando ela apresenta os números da renúncia fiscal, que não é pequena, inclusive, há uma revolução ano a ano na faixa de 14% nos próximos três orçamentos de 2019, de 2020 e 2021. E curiosamente, esse número passa de 3 bilhões e 800, em 2019, para 4 bilhões e 380, em 2021. Não há nada, absolutamente nada aqui no projeto enviado a esta Casa de Leis sobre as compensações relativas a essa renúncia fiscal. Ora! Quatro bilhões de reais! Qual é a compensação para essa renúncia fiscal? Aqui não é dito absolutamente nada a respeito. E como foi dito aqui pelo representante do Poder Judiciário, os setores beneficiados por essa renúncia fiscal são setores que reiteradamente têm devolvido muito pouco para a população mato-grossense, muito pouco. Por exemplo, o setor do agronegócio, e nós do Fórum Sindical temos insistido que é um setor sistematicamente beneficiado pela política desse Governo do Estado, desde 2015. E que também - e nós podemos dizer isso com muita tranquilidade - é uma das principais fontes de receita para o financiamento das campanhas eleitorais variadas aqui no Governo do Estado. E nós temos o direito de fazer uma ligação entre uma coisa e outra, ou seja, o setor beneficiado pelas renúncias fiscais devolve essa renúncia na forma de manutenção de um determinado governo que as beneficia em detrimento da esmagadora maioria da população, que sofre as consequências dessa política.

Portanto, nós do Fórum Sindical, que entendemos defender os direitos da população - porque afinal de contas, estamos lá na ponta prestando serviços para a população, na saúde, na educação, na segurança, na assistência, no tocar cotidianamente a máquina pública -, nós somos cobrados. Somos cobrados no sentido de que o Estado possa oferecer um serviço público mais adequado. E num quadro geral no País, num quadro de golpe, portanto em um quadro de crise, em que a população é duramente atingida, estão aí os 14 milhões de desempregados, segundo dados do IBGE, os 27 milhões de desempregados e desalentados, também passados pelo IBGE, e que neste momento de crise demandam uma escala crescente do serviço público.

Então, vejam, há uma demanda crescente pelo serviço público e o serviço público se mostra incapaz de atender essa demanda, porque trabalha em privilégio de uma pequena minoria da população, que é o setor do agronegócio.

Nós queremos dizer para o Secretário de Planejamento que essa LDO expressa essa orientação política do Governo.

Quero manifestar ainda pontualmente em relação à situação da Previdência. Há uma tabela no Projeto de Lei, uma projeção atuarial do Regime Próprio da Previdência dos Servidores, de 2019, que mostra uma escala crescente do déficit da Previdência.

Secretário, nós do Fórum Sindical não acreditamos nisso aqui. Nós já estamos, há pelo menos dois anos, cobrando do Governo do Estado que abra as contas do MT Prev para que o Fórum Sindical faça uma auditoria independente no MT Prev, desde o tempo do IPEMAT, para que

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

possamos ter uma radiografia real da situação previdenciária do Estado de Mato Grosso. Afinal de contas, o MT Prev é muito importante para os servidores do Estado de Mato Grosso, mas ele é uma caixa preta fechada para os servidores do Estado de Mato Grosso. Essa é uma exigência. Somente a partir daí nós podemos fazer uma discussão sobre o nosso ponto de vista, uma discussão que possa trazer um quadro real do MT Prev.

Eu quero chamar a atenção para o discurso do déficit da Previdência, que é um discurso essencialmente político, como mostrou a CPI da Previdência no Senado Federal. Lá no Senado Federal, mostrou claro o seguinte: não existe déficit da Previdência. O que existe é uma tentativa de levar o servidor para o colo dos bancos, dos banqueiros, para ganhar mais dinheiro.

E aqui, na nossa Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Wilson Santos, infelizmente, a CPI do MT Prev, a CPI da Previdência, não foi aprovada. Estão com medo de quê? Nós queremos abrir essa caixa preta para então termos números que efetivamente condizem com a realidade do MT Prev. Portanto, nesses números que estão aqui no orçamento não acreditamos. Sem auditoria do MT Prev não vamos acreditar nesses números, não iremos concordar com eles.

Essa é a contribuição que quero dar. E também faço minhas as palavras do representante do Poder Judiciário, porque os incentivos fiscais, que estão expressos no demonstrativo da renúncia da receita por Secretaria, programa e região, de 2019 a 2021, mostram claramente quais são os setores privilegiados pela política deste Governo, que é uma política que beneficia um setor ultraminoritário, que não paga, ou paga muito imposto, enquanto a esmagadora maioria da população paga e paga muito imposto e não recebe os benefícios do atendimento que o Estado deveria dar à maioria dessa população.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, o Sr. Orlando Francisco, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público – SINTEP.

Depois o Sr. Serafim Ferreira e o Sr. Maurício Munhoz e, então, encerramos essa primeira etapa.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - Bom dia a todos!

Quero cumprimentar a mesa, na pessoa do Secretário Guilherme, o Deputado Wilson Santos e os companheiros do Fórum Sindical.

Apesar de que o companheiro Oscarlino falou da saúde, como o SINTEP tem um assento no Conselho Estadual da Saúde, eu quero reforçar um pouco esse trabalho que o Sisma tem feito em defesa da saúde pública e a companheira Ana, hoje, também do Conselho Estadual de Saúde. Só quero reforçar que, além do que o Oscarlino trouxe aqui, que é de grande relevância pública, nós temos... Secretário, a sua apresentação foi explicativa e pedagógica, mas há alguns contraditórios, não da sua pessoa, mas das próprias ações do Governo, e nós precisamos colocar a público, colocar na ordem do dia.

Por exemplo, na saúde, bloquearam-se recursos para a judicialização em torno de 300 milhões, em 2015. Foram prestadas as contas, no caso para o Conselho, de 100 milhões, ou seja, deveriam estar na LOA, previstos na LOA de 2019, esses 300 milhões. No caso, ainda, da saúde chama-nos atenção, Secretário, quando fala das outras despesas correntes. E aí entra a questão dos 12%! É por isso que estou dizendo que o contraditório não está até na boa intenção de o Secretário apresentar as contas aqui, mas nas ações de Governo. Os 12% mínimos que, aliás, são apresentados como até 14% mínimos, mas tem de tudo nesse mínimo... A Lei nº 141/2012 expressa que tem que

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

ser atendimento de saúde: cirurgia, consulta, remédio, mas tem mais coisas. Então, não são os 12%, 14% ou que sejam 18% na saúde.

E, agora, com relação à educação, também, dentro desse custeio, porque há esse conflito entre receita e custeio, a exemplo do que aconteceu na saúde, tivemos reconhecidamente pelo próprio Governo 250 milhões do FUNDEB que não foram retornados 100% desse recurso à educação. Não está previsto na LOA de 2019.

E aí, Deputado Wilson Santos, a minha dúvida é - até pesquisei, hoje, mas acabei me atrapalhando na pesquisa - se é um Decreto Lei ou se é Lei Complementar, da usa autoria, pela qual, a partir de 2015, no caso da educação básica, se teria 0,5% ao ano para se atingir os 35% em um período, dos próximos... Vamos perder de vista. Será um consórcio aí, mas, pelo menos, é um Decreto Lei ou uma Lei Complementar.

O senhor me ajude, depois, dizendo se é uma Lei Complementar ou se é...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - É uma Emenda ao Art. 245 da Constituição. Já está no texto constitucional.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - *Ok!*

Mas essa conta também não bate! Ela não chega...

Deveria ser 25,5, pelo menos, 25 da Constituição Federal; 25,5, em 2015; 26, em 2016; 26,5, em 2017 e assim por diante. Também, não bate.

A questão que, também, temos que dizer aqui, que temos que ter coragem de dizer desse contraditório é que os incentivos fiscais, que, agora, começou... Parece que teve uma preocupação maior, agora, talvez, até devido às denúncias.

Mas como incentivo fiscal é lei o Estado deveria compensar esses recursos, pelo menos, à saúde, à educação. E aqui não estamos dizendo coisas pelos corredores. Está expresso em lei. No caso da saúde é a Lei Complementar nº 141/2012 e no caso da educação a LDB que fala que cada 1 centavo dado de incentivo fiscal tem que ser compensado nas áreas que são as áreas essenciais de educação e saúde.

Também, dizer que não sei, Secretário, como é que essa coisa é trabalhada, inclusive, pelas próprias normas técnicas da SEFAZ, mas sabemos... Enquanto fórum sindical que faz este debate e enquanto cidadãos, consumidores, sabemos como funciona a questão da tributação.

A energia este ano teve, parece-me no mês de abril, 11,34 de tarifação. Teve até apresentação da própria ENERGISA. A ENERGISA colocou no seu bolso 11,34 da tarifação da energia, mas tem tributação em cima dessa tarifação que é de, pelo menos,  $\frac{1}{3}$ . Para a ENERGISA foram 11,34 e mais  $\frac{1}{3}$  que é para o cofre público. Para nós, consumidor, o custo final é de 15,20, se eu não estiver errado na conta. São 15,20! Então, esses 15,20 têm - como nosso companheiro Domingos lembrou - que refletir enquanto receita. Só reflete enquanto custeio. Nunca refletiu nada como receita.

Não sei do meu tempo, mas ainda com relação ao imposto de renda, que o companheiro Oscarlino lembrou aqui...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Professor, o seu tempo expirou agora, mas como todos excederam o senhor, também terá o mesmo direito.

Por favor, mais dois minutos.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - *Ok. Obrigado.*

No caso do imposto de renda que vimos colocando aqui em todo momento, embora não saiba se tem representação do Tribunal de Contas aqui, o Tribunal de Contas vem colocando como saldo contábil. Pode ser por parte do empregador, mas de nós, servidores públicos,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

e do cidadão não é saldo contábil. Isso é deduzido, sim, do salário do servidor. Então, o imposto de renda - como lembrou aqui o companheiro Oscarlino - continua fora da base de cálculo de recurso da educação e da saúde que são recursos garantidos pela própria Legislação. Então, isso tem que ser visto, revisto, para a LOA de 2019.

Por último, como a Secretaria de Planejamento está avaliando, analisando ou se não tem relevância nenhuma, além do que foi colocado aqui que é a Emenda Constitucional nº 81, a Emenda Constitucional 95? Porque se o Estado... Qual é o pensar do Estado com relação à Emenda Constitucional nº 95, que, praticamente - na surdina -, está negando todos os recursos da educação e da saúde, hoje, garantidos por lei específica?

Gostaria de saber o que o Estado está pensando sobre a Emenda Constitucional nº 95, porque, na realidade, ela é mais uma tortura para nós, cidadãos, principalmente, com recursos da saúde e da educação? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Essa Emenda é federal, Orlando?

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) - Sim!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A 95?

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) - É o teto!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Não, não! Do teto é a 81, não é?

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) - É federal.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A do teto é federal! É a nº 95! Ok!

O próximo inscrito é o Sr. Serafim Ferreira de Oliveira, morador da nossa querida

Chapada dos Guimarães.

Em seguida será o Sr. Maurício Munhoz.

O SR. SERAFIM FERREIRA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos!

Quero, primeiramente, dar parabéns ao Deputado Wilson Santos e ao nosso Secretário de Planejamento pela bela explanação do Projeto da LDO.

Dizer aos senhores que eu sou cidadão, microempreendedor, pago meus impostos e contribuo para que essa situação seja distribuída com a população.

Eu gostaria de dizer só o seguinte, Deputado, logo no início o senhor comentou sobre a pouca participação do cidadão. Realmente é complicado! Olhando aqui vemos que tem poucos cidadãos aqui, mas gostaria de justificar que não é fácil para o cidadão que trabalha de forma particular, que tem seu pequeno emprego ou que trabalha em uma empresa estar presente aqui, num dia deste e num horário deste. Então, acho justificável a não presença do cidadão neste momento.

Também gostaria de dizer que essa ausência dele, cada um dos senhores... Por exemplo, o senhor como Deputado legislador, assumo representá-lo cada dia melhor, porque ele não está aqui, mas lá no fundo é ele que pagará toda essa conta. Toda essa numerologia que foi apresentada aqui pelo Secretário quem pagará é o cidadão que está lá no interior plantando mandioca para fazer a farinha. Com o seu ICMS ele estará fazendo a parte dele aqui.

No mês de outubro terá eleições, então, o cidadão vá fazer a sua parte. Vai escolher o seu representante para estar aqui.

Aos técnicos da SEPLAN, meus parabéns pelo trabalho!

Quero dizer para vocês que esse cidadão também está esperando de vocês, realmente, façam um projeto que o represente, que distribua esse dinheiro com responsabilidade e conhecimento de causa para que cada centavo chegue lá na ponta para aquele cidadão, para aquela cidadã que não pode estar aqui presente, mas que também está contribuindo para toda essa numerologia financeira ser contemplada.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Como cidadão, quero dizer a vocês que é muito difícil. O momento que estamos passando é um momento em que a população não está acreditando, infelizmente, quase que em ninguém. Então, cabe a mim, a cada um dos senhores e senhoras, representantes do povo, trazer novos ares administrativos, levando, realmente, um atendimento às necessidades básicas das pessoas que estão no interior do Estado.

Recentemente, Deputado, eu fiz uma denúncia lá na Chapada dos Guimarães, que tem pontes caindo e alunos ficando no meio da estrada. Quer dizer, como um cidadão desses vai ter ânimo para vir participar num momento destes?

Então, o meu agradecimento à oportunidade como cidadão e confesso a vocês que quem paga toda essa conta é o cidadão que está lá na ponta.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Sr. Serafim.

Com a palavra, o Sr. Maurício Munhoz, economista e pesquisador, que está aqui como Assessor da Deputada Janaina Riva.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ FERRAZ – Bom dia a todos!

Secretário, o que o senhor fez aqui eu nunca tinha visto antes. O senhor usar como fonte uma Secretaria que tem um banco de dados, usar como fonte o voto de um Conselheiro Substituto. De qualquer maneira, se o senhor usou, espero que possa me explicar, porque estou tentando chegar nesse número e considere impossível.

O senhor fez uma comparação do crescimento da receita total de 2014 para 2017 foi de 18%, para o Tribunal de Justiça, por exemplo, foi de 50% e para todos os Poderes acima de 40%.

O senhor acredita mesmo nesses 18%, Secretário? Impossível! Mesmo considerando que há várias formas de dizer receita total, o senhor apresentou receita total como 26 bilhões e são feitas as deduções, tem outras receitas totais, tem receita líquida, etc.. Em nenhuma dessas projeções chegamos nesses 18%. É no mínimo um aumento de 45% da receita de 2014 para 2017. No mínimo! E nenhum momento eu encontrei menos que isso.

Então, modestamente, sabendo que possa estar errado, eu queria que o senhor explicasse como chegou a apenas 18% o aumento da receita de 2014 para 2017.

Eu entendi isso como um sofisma danado. O senhor jogou com números falsos, *fake news*, *fake* dados, que esse Conselheiro, negligentemente, trabalhou com isso e fez ali números absurdos para defender o voto dele e jogou 18% de aumento da receita de 2014 para 2017.

Nesse número total que Vossa Excelência se referiu aqui que chegou a 26 bilhões agora, mas foi 25 bilhões no ano passado, em 2014 era 18 bilhões. De 18 para 25 bilhões não são 18%. Mas aí o senhor fala: vamos tirar, então... E aí houve uma jogada também: se tirar as renúncias fiscais, que não foi 1,7 como o senhor disse aqui, era 1 bilhão, em 2014. No último ano foi 1 bilhão, porque foi o total só do PRODEIC, não era considerado os não programáticos. Foi apenas 1 bilhão. Pulou de 1 bilhão para 3,8 bilhões. Mesmo que façamos essa jogada daí e exclua esse valor da receita, como foi feito aqui, ainda assim não daria esses 18%. Ainda assim daria, no mínimo, 25%.

Então, eu reitero isso. É simples, explique-nos esses números que daí dou a mão à palmatoria. Mas se eu não concordar, vou usar esse expediente que o Deputado Wilson Santos colocou aqui para ir à tréplica depois, porque estou com os números ali. Aliás, números não meus, números da SEPLAN, números oficiais da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso que demonstram que esses 18% pelo menos não estão ali, a menos que haja outro relatório que ninguém tem acesso.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Encerrada esta primeira etapa.

Passo a palavra agora ao Secretário de Estado Dr. Guilherme Müller para responder a todos os questionamentos feitos aqui. Após a fala do Dr. Guilherme Müller não encerraremos a Audiência, reabriremos para que os interlocutores possam fazer as suas réplicas e quem não falou também possa usar por até três minutos cada um. *Ok?* Fica assim, então, estabelecido.

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – É a esse quadro que você está se referindo?

Bom, eu usei a fonte dele. Vou checar essa informação detalhadamente. Mas ela demonstrar uma coisa que é verdadeira: o crescimento de transferência aos Poderes cresceu muito mais do que a inflação, com certeza, e muito mais que a receita, com certeza.

Quer dizer, você pode até questionar os valores apresentados aqui, mas qualquer informação que levantar dentro dos dados da SEPLAN, você vai chegar a essa conclusão, tanto é que antes havia uma política de vincular transferência para os Poderes à Receita Corrente. Neste momento cada vez é menor a vinculação com a Receita Corrente Líquida, porque, cá entre nós, é um absurdo você vincular uma receita para transferir para os Poderes.

Na verdade, ele está dizendo aqui que esse tipo de política é, de fato, um absurdo em termos fiscais. Agora, se os números não estão batendo, exatamente, com o que você tem, estamos plenamente abertos para discutir os números. Mas, que o resultado é verdadeiro, é. Você sabe disso.

O que os Poderes receberam ao longo do tempo foi muito maior do que a inflação e muito maior do que a receita arrecadada. Isso é inquestionável.

Todo o debate aqui girou em termo de renúncia fiscal, tanto da parte dos sindicalistas como dos representantes dos Poderes, e é verdade, essa é uma questão que tem que ser tratada de forma definitiva, porque, senão, nós vamos ficar discutindo, como o Munhoz, não era bi, era 1 bi e 700.

Na verdade, a questão da renúncia fiscal tem que ser modificada no Estado de Mato Grosso. Viu, Dr. Luiz? Não dá para poder admitir incentivos que não geram desenvolvimento para o Estado; incentivos que não geram empregos e renda para o Estado. Quer dizer, isso não justifica.

E é essa questão que estamos desnudando aqui pela primeira vez. Essa era uma questão que era de tratada de forma muito escondida e agora estamos tratando-a muito claramente.

Quando vocês veem um anexo onde aparece tudo isso que você falou aqui, é porque não estamos com medo de enfrentar essa discussão. É exatamente essa manifestação da sociedade que precisamos para modificar a política de incentivo fiscal no Estado de Mato Grosso.

E a PEC dos gastos estabeleceu no artigo que nós temos que fazer uma nova política de incentivo. Quer dizer, acreditamos que uma das saídas para a situação fiscal do Estado é mudar a política de incentivo fiscal do Estado. Não tem dúvida. E nós não temos dúvida disso. Nós não temos dúvida disso e não estamos escondendo. Aí você relata alguns absurdos que temos que levar em conta que tem que modificar de fato.

Mas isso não é para justificar para transferir mais recursos para os Poderes, não. Absolutamente! Você está falando até como cidadão, porque acredito que uma situação dessas é uma questão de cidadania.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Outra coisa que perpassa nesta discussão aqui, agora, que o Domingos falou, que o Pandiá Calógeras dizia que era uma manifestação ideológica. Não. O orçamento é o resultado de uma disputa ideológica. É um local de disputa, Domingos. Infelizmente... E esse local de disputa é decorrente de uns recursos que são escassos, são limitados. Se você tem recursos escassos, você tem que distribuí-los. Se você vai distribuí-los, você vai para uma disputa por isso. É cada um querendo pegar um pedaço. E, claro, aqui é uma assembleia que representa uma disputa que houve de poder antes na sociedade e ela se manifesta aqui, ela se manifesta na Assembleia Legislativa, se manifesta no Executivo, se manifesta no sindicato, se manifesta na... Porque toda essa disputa ocorre. E aí é uma expressão desses números, que são escassos, e a distribuição deles.

Só que existem algumas coisas pré-definidas, Domingos, você sabe disso.

Quer dizer, tem que passar recursos vinculados para a educação e saúde, e isso vai ser preservado.

Em função da receita que vai ser estimada, vai ter que cumprir as vinculações constitucionais da educação e saúde, as vinculações constitucionais para UNEMAT.

Todas essas regras estão escritas aqui e serão cumpridas as suas diretrizes.

Agora, é uma disputa? É. Você sabe disso. E ela reflete uma disputa ideológica e a sociedade faz isso diariamente. Isso não precisa ser gritado. Isso é uma coisa verdadeira, é uma coisa de fato verdadeira e esse orçamento explicita essa disputa, só que essas disputas estão praticamente regradas. Por exemplo, quando você diz, no caso da educação, uma regra que tem que aumentar 0,5% todo ano. Não tem mais disputa. Já foi feita uma disputa nesta Casa, foi sancionada, foi aprovado uma PEC.

Então, a disputa não é aqui no orçamento, o orçamento reflete essa disputa ideológica. E está certo. Você está certíssimo. É assim mesmo.

A renúncia, o Programa de Incentivo Fiscal também é um componente de uma disputa que existe no chamado federalismo fiscal brasileiro.

Imaginar que não vai ter renúncia fiscal em Mato Grosso também é enganar, porque há uma disputa. Há uma disputa pelo desenvolvimento que existe no País. Nossos vizinhos fazem política de incentivo, nós temos que fazer, ou então quando nós fazemos os nossos vizinhos irão fazer.

Quer dizer, essa é uma realidade. Esconder isso como se fosse uma coisa absurda não é verdadeiro. Isso é a realidade de coisas.

Além da renúncia, além da questão dos Poderes, que se sentem agora relativamente com menos recurso, é tudo verdadeiro mesmo. Essa disputa existe mesmo e o orçamento está explicitando aqui.

Eu só não entendi, Orlando, a Emenda Constitucional 95 estabeleceu uma política de teto nacionalmente, mas é do gasto...

(O SR. ORLANDO FRANCISCO INTERROMPE O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – Não. Mas a receita também que recebemos, toda ela é estabelecida constitucionalmente. Por exemplo, o FPE que recebemos, a devolução do FUNDEB vai depender do número de estudantes. Tudo tem regra.

O que fazemos de fato, e essa também é muito parecida com a que nós fizemos, é que do ritmo de despesa, como essa que o Maurício Munhoz não aceita, o Munhoz trouxe uma coisa dizendo que não passou mais recurso aos Poderes - claro que passou mais -, essa coisa que foi interrompida com a PEC. Vai passar menos aos Poderes e não tem mais vinculação com a receita

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

corrente líquida. Ela é agora uma política de gasto que foi estabelecida. Tem uma regra de teto que você não pode ultrapassar.

De fato, os Poderes estão perdendo recurso. Isso tem que ser constatado. Não estamos enganando nada. Cada ano eles recebem menos, estão recebendo menos.

É diferente - ainda que vocês não gostem de ouvir - do que os servidores estão recebendo, que está crescendo muito mais.

Mesmo com a PEC, mesmo com essa diminuição dos recursos que os Poderes estão recebendo, os servidores estão ganhando muito mais - e não estou discutindo isso, tanto é que ficou estabelecido como prioridade aqui.

É uma prioridade pagar todos os direitos dos servidores. Não tem esse questionamento aqui, porque essa lei está sendo escrita, conforme as regras pré-estabelecidas legalmente, constitucionalmente, as leis aprovadas aqui, todas elas estão aqui dentro.

O que o Wagner falou também. Nós sabemos que ninguém vai funcionar aqui sem o servidor. Nós estamos aqui porque tem servidor nos apoiando. Essa lei foi estabelecida por servidores da Casa. Essa discussão chega a ser até falsa achar que o servidor não é fundamental para nós. Ele existe, o Estado existe por causa dele. Só que tem uma realidade. Os gastos não podem aumentar muito mais do que as receitas, senão todo mundo vai perder, porque nós não conseguimos aumentar a receita de pronto, mesmo se estabelecermos uma nova política de incentivo, não é de repente que as receitas vão aumentar.

Era isso, Deputado Wilson Santos.

Eu quis fazer um resumo da discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Secretário!

Vamos passar a palavra a Sr<sup>a</sup> Rosimeire Ritter, Presidente do Sindicato Agrícola, Agrário e Pecuário do Estado de Mato Grosso, SINTAP, que dispõe de três minutos.

Por último, inscrito o Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia.

A SR<sup>a</sup> ROSIMEIRE RITTER - Bom dia a todos!

Bom dia aos meus colegas do Fórum Sindical, do qual faço parte também.

Sr. Secretário, represento os servidores do INDEA e do INTERMAT.

Especialmente o INDEA está em 141 municípios do Estado de Mato Grosso, além disso, temos postos fiscais, barreiras e também alguns postos de atendimento em alguns municípios, mesmo onde o INDEA está oficialmente atendem algumas pequenas comunidades, no caso de Cotriguaçu, que tem Nova União; Colniza que tem o Guatá, e alguns outros além desses.

Eu queria chamar muita atenção de todos para o fato de que o orçamento que está previsto para o INDEA há muitos e muitos anos não está sendo suficiente.

Além disso, em 2015, quando o Sr. Pedro Taques assumiu o governo, eu estava na inauguração de um laboratório do INDEA e houve uma promessa bem clara a todos que estavam presentes, o governador prometeu que iriam aumentar a previsão do orçamento do INDEA para 25 milhões.

No ano passado nem metade disso foi previsto, foi planejado, porém, 4 milhões do que foi previsto foi retirado pelo governo.

A informação que tive no mês passado... Estou dizendo isso porque todo mês estou recebo reclamações de servidores, servidores esses que estão nesses 141 municípios atendendo o setor do agronegócio. Além do próprio setor do agronegócio ser prejudicado pela falta de recurso que o INDEA está sofrendo, o nosso servidor, o qual eu represento, fica 8h por dia nas unidades,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

fora as barreiras sanitárias e postos fiscais, e esses servidores sentem o problema da falta de limpeza e falta de recurso para gerir o órgão.

Com esse valor que foi planejado no ano passado, e o governo cortou parte desse valor planejado, a Presidente do INDEA disse no mês passado que o INDEA só sobreviveria até julho. Ou seja, a partir do mês que vem nós... Fora que o INDEA sobrevive também de recursos de Fundos, o FESA, o FASE e o próprio Ministério da Agricultura, que tem alguns projetos que vêm alguns recursos para o INDEA.

Então, eu quero chamar a atenção aqui a essa nova LDO e LOA para que tenham um carinho especial, uma atenção especial ao planejamento que vai ser feito para o INDEA, especial INDEA, é lógico eu represento o INTERMAT também, mas peço para o INDEA, sou servidora do INDEA, e esse problema do corte que foi realmente planejado não seja recorrente e que no ano que vem não estejamos sofrendo as consequências desse corte.

A Presidente do INDEA me falou que ele só vai sobreviver com o recurso que foi disponibilizado até julho, e que infelizmente, teremos que fechar unidades no Estado todo.

Acredito que essa realidade de fechar unidades não vai agradar a quem é atendido, inclusive, o que eu falei no início, que nós temos postos de atendimento que atendem pequenos agricultores em alguns setores mais longínquos.

Só peço a atenção do senhor Secretário de planejamento e do Deputado Wilson Santos, que tenham um carinho especial, uma atenção especial, que isso não aconteça, e que realmente seja previsto o que o Governador prometeu.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado a Rosimeire, que neste ato representa o Sindicato do INDEA do INTERMAT.

Com a palavra o professor Domingos Sávio, por três minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Naturalmente, estou de acordo com o Secretário Guilherme, de que o orçamento é uma peça em disputa, disputa política, que fique claro, orçamento não é uma peça técnica, é uma peça em disputa.

E se é assim, se é uma peça em disputa, se é a tradução em números de uma disputa política que se dá cotidianamente na sociedade, tem que ficar claro que a atual peça orçamentária, nessa atual peça orçamentária, a maioria da população está perdendo, porque quem está ganhando é um determinado setor.

A sociedade em particular e o agronegócio, e isso se reflete nos incentivos fiscais, por exemplo, eles se beneficiam e a população perde. Inclusive foi expresso de maneira prática pelo representante do Poder Judiciário,

Ele poderia ter esmiuçado como que a sociedade vai perdendo em benefício de outro setor, no caso o agronegócio que tem condições de ganhar em várias frentes.

Por exemplo, na variação cambial, ganharam muito dinheiro, recentemente. Na safra passada para esta safra, o setor do agronegócio ganhou um mundo de dinheiro quando o dólar saltou, subiu quase um real.

Ganharam muito dinheiro e continuam ganhando com os incentivos fiscais que eles continuam recebendo. O aumento é de 14% nesses três anos de 2019 até 2021.

Mas gostaria de concentrar a minha fala Secretário, em dois pontos. Primeiro sobre a UNEMAT, ela tem um orçamento vinculado à receita corrente líquida. A UNEMAT segundo as palavras do próprio Governador tem um crédito com o Governo do Estado de orçamentos anteriores de cerca de 80 milhões de reais. Os números variam.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

A própria Reitoria da UNEMAT já chegou a dizer, chegou a fazer, inclusive, um plano de investimento que foi entregue ao Governador do Estado para que esse crédito de exercícios anteriores fossem pagos com um planejamento, por solicitação do próprio Governador e não foi executado. Mas, o fato é que a UNEMAT tem restos a pagar de exercícios anteriores.

Então, eu queria saber o seguinte: como esses restos a pagar de exercícios anteriores irão aparecer na LDO e futuramente no orçamento, na medida em que a LDO está orientando a elaboração do orçamento?

Porque isso é uma questão concreta para a UNEMAT e só está aparecendo de uma forma na Universidade, num processo de deterioração das condições de trabalho, de sala de aula.

Em alguns campi chega-se ao absurdo de você ter briga, briga entre turmas por conta de uma sala de aula. Não tem sala de aula! Foram criados cursos, a infraestrutura está extremamente precária, o caso do campus de Sinop que tem salas prontas, mas não tem equipamentos, ar condicionado, por exemplo, para fazer com que estudantes possam ter condições de trabalhar naquelas salas.

Eu queria saber como é que fica a questão dos restos a pagar na LDO que irá orientar a elaboração do próximo orçamento?

A segunda questão é em relação aos salários. Ora, num quadro no qual a receita geral do Estado tem uma queda por conta em larga medida dos incentivos fiscais dado a um setor da sociedade, é natural que o percentual dos salários, da despesa com o pessoal cresça. É natural!

Portanto, não é de responsabilidade dos servidores públicos se a orientação política do Governo do Estado, leva a uma queda de receita que irá impactar no orçamento como um todo e quem paga a conta são os servidores.

Não, não dá. Não dá para os servidores pagarem a conta. Os servidores, portanto, não vão pagar essa conta, está correto o Oscarlino quando disse aqui: “Se tirarem a nossa RGA, nós vamos parar.”

E tenham certeza disso, que se existe algo que mobiliza os servidores, é justamente a defesa do seu salário, da reposição das perdas inflacionárias que é englobada pela RGA.

Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário Guilherme Müller para a resposta.

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – O servidor não pagou a conta e não pagará a conta, está explicitado aqui. Houve um período de disputa, como o senhor fala, mas foi feito um acordo, leis foram aprovadas e estão explicitadas nessa LDO.

Então, essa ameaça não nos cabe, de vocês fazerem greve. Eu acho que a greve é um instrumento sempre de luta de vocês. Vocês vão usar sempre na hora em que acharem conveniente.

Essa sua fala não cabe nesse momento. Estou falando nesse momento porque é assim que está escrita. Agora, nós estamos tratando de LDO de 2019. Em 2019 vocês verão o que acontecerão, eu acho que está certo, que vocês estão vacinando, estão tendo uma atitude de vacina, mas não serve para cá, porque essa vacina está explicitada aqui. Então essa coisa não existe.

Em relação ao INDEA, como diversos órgãos que existem no Estado, estão com sérios problemas de escassez de recursos por uma série de recursos que já foi colocado aqui, quer dizer, na semana passada, nos reunimos com a Presidência do INDEA e o orçamento dela vai até dezembro, sim, dará para funcionar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Não com tantos recursos que seriam necessários, mas escassez de recursos existem para todos os órgãos.

E não é absolutamente má vontade do INDEA, mas de fato reconhecemos a dificuldade do espaço e também reconhecemos o esforço que vocês fazem de implementar esse setor que é fundamental para o agronegócio do Estado, porque eles trabalham para poder melhorar a sanidade.

Você não vai acabar com o agronegócio. Agora, eu acho que essa discussão com o agronegócio tem que ser feita no Estado também.

Também estou de acordo, é uma forma de fazer com que o Estado se sustente. A contribuição de todos tem que existir não só pelo FETHAB, eu acho que tem que ter mais coisas, uma hora vai acabar tendo mais participação deles.

Mas essa é uma realidade! O exemplo do INDEA e do INTERMAT refletem em todas as estruturas do Estado, principalmente aquelas que não têm recursos vinculados, que sofrem muito com a falta de escassez.

A saúde ainda tem o recurso vinculado, a educação tem recurso vinculado, a UNEMAT tem recurso vinculado, a cultura tem recurso vinculado, são várias estruturas que funcionam porque existem receitas que são carimbadas para elas.

Agora o INDEA tem essa dificuldade, o INTERMAT tem essa dificuldade, de tal forma que se passa por extrema escassez de recursos por extrema dificuldade.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – Arrecada e fica com você, mas não é suficiente, não paga nem a folha de vocês, quer dizer, então, é o seguinte, mas você não tem com esses recursos capacidade de fazer tudo. Não tem. Absolutamente, não tem.

Então, na verdade todo e qualquer momento... Se nós estivermos daqui a alguns anos fazendo uma exposição como esta, essa discussão vai sempre existir, porque os recursos serão sempre escassos.

E, quando os recursos são escassos, você não tem como. Você tem que distribuí-los e a primeira distribuição que você faz é em função da legalidade, como você cumpre a lei para distribuir esses recursos e o que vai ficando é uma distribuição com extrema dificuldade para atender todos os órgãos que existem no Estado.

Eu defendo que tem que existir uma reforma administrativa no Estado para diminuir um pouco o tamanho dessa máquina, defendo explicitamente, nós explicitamos isso na emenda, de rever a política de incentivo no Estado. Tem que existir para poder, ao longo do tempo, melhorar as políticas públicas no Estado de Mato Grosso.

Deputado Wilson Santos, era isso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O último inscrito, Dr. Luiz Octávio Sabóia, por gentileza.

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO – Voltando aqui, na verdade, eu não ia nem usar da palavra, mas terminando de dar uma lida rapidinho na nota técnica da LDO, me ocorreu uma dúvida e, além da dúvida, uma consideração.

A consideração qual é? Foi dito, Secretário, me perdoe, que os repasses aos Poderes cresceram além da receita. Eu tenho muita dúvida na consistência dessa assertiva, e qual seria o referencial da receita adotada, porque em tese sempre houve uma vinculação, aumenta a receita, aumenta o seu repasse.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Houve sim alguns, eu falo para fins do Judiciário, não sei dos outros Poderes, aumentos reais de repasse com relação a pessoal. Isso sim houve, mas é muito tímido para chegar ao percentual suscitado anteriormente.

E me chama atenção, porque no PPA de 2016 a 2019, encaminhado e tudo mais... Quando eu olho a previsão do PPA e quando eu verifico o realizado, eu tenho ano a ano uma redução, exemplo: 2016, eu tive o cumprimento; 2017, eu tive uma redução de 6% daquilo que estava previsto, daquilo que foi realizado; 2018, nós estamos tendo uma variação de 10% para baixo; e 2019, com a LDO da forma como está apresentada, eu tenho uma diferença do PPA do ano passado e daquilo que ficou fixado naquela lei no final do ano, não me recordo agora o número dela, temos uma variação de 17%, porque o repasse do duodécimo estava previsto em 01 bilhão e 213 milhões e está ficando em 01 bilhão e 16 milhões. Então, eu tenho no próprio PPA uma diferença daquilo que foi previsto e daquilo que está sendo realizado.

A indagação que me ocorreu, quando eu estava lendo a nota técnica, é – e aí a indagação de todo cidadão, imagino eu –: nós teremos o ano de 2019 melhor ou pior que o de 2018, Secretário? Nós teremos recessão em 2019? Nós teremos um quadro pior do que 2018? É essa a previsão que está sendo feita pela SEPLAN quando constrói o orçamento?

Eu faço a indagação, primeiro, olhando aqueles números, de modo absoluto, eu tenho uma frustração de receita deste ano de 2018 para o ano que vem, de receita total, se eu não me engano, de 20 para 19, é aquilo que vimos discutindo.

Quando eu olho na nota técnica da SEPLAN, o PIB de Mato Grosso, eu tenho previsto para 2018, 4,41; e previsto para 2019, 4,74. Então, eu tenho uma melhora no nosso PIB. Aí, quando eu vou dar uma olhada nos indicadores que são apresentados, o indicador que me interessa, porque estão sendo colocado aqui o PIB Nacional, a SELIC, dados nacionais, mas o indicador que me chama atenção com relação a Mato Grosso é vendas no comércio varejista, que é um indicador de aquecimento ou não da nossa economia.

O indicador aponta que em 2017 nós tivemos um incremento de 8,30. Está sendo previsto, porque não terminou ainda 2018, um incremento de 13,41, mas está sendo previsto para 2019, 6,31. Menos da metade deste ano de 2018, menos do que 2017. Nós vamos ter, então, para o varejo, para o comércio varejista, que é um indicador de aquisição, de poder de compra do cidadão... Nós vamos ter em Mato Grosso, então, um quadro pior do que em 2017? É isso que a LDO está me apontando para 2019? A minha dúvida, quando eu olho a nota técnica, ficou nesse aspecto.

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – Eu acredito que ano que vem ainda é de crise econômica no País. Quer dizer, é pior, claro. Se você pegar o relatório agora do Focus, você já vai verificar isso. A tendência de crescimento está cada vez pior. Vai refletir na economia do Estado. Não tem como.

(O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER É INDAGADO PELA PLATEIA – INAUDÍVEL.)

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – O PIB em Mato Grosso é baseado no agronegócio. E o agronegócio tem... E aí não é uma política de incentivo que nós damos, é uma política de incentivo dado pelo Governo Federal por meio da Lei Kandir, que é onde a economia cresce e você não tem uma colagem 100% do crescimento da receita por causa da isenção que eles têm para o setor exportador.

Essa dicotomia do que produz e do que arrecada existe, claro que tem uma cadeia produtiva, cadeia produtiva essa que garante um crescimento da receita em torno, como estamos prevendo aqui, de 7%, 8% de ICMS; mas, em termo de crescimento da economia do PIB, ele é

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

maior, acaba sendo maior. Então, você tem que entender que os números não têm uma vinculação direta. Cresce o PIB, mas não necessariamente a receita vai crescer na mesma proporção do PIB por conta da característica do agronegócio. Do que se produz em Mato Grosso, 95% são para exportação, não pagam ICMS, que é a base do nosso tributo, é a base da nossa arrecadação.

Então, é um cardápio de variáveis que compõe essa previsão para o ano seguinte. A expectativa para o ano seguinte, a nosso ver, é muito parecida com a de 2018. Se conseguirmos manter o funcionamento da economia de 2019 igual a de 2018, já garantimos que não vai ter uma piora na situação.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agora, eu quero falar um pouquinho.

Primeiro, eu quero parabenizar a todos que usaram a palavra aqui.

Quero registrar a presença do grande magistrado, Dr. José Arimatéa, que preside a Associação Estadual dos Magistrados, e de uma vida exemplar, eu pude ler um artigo de Vossa Excelência, recentemente, das dificuldades da sua infância, da adolescência.

Quero dizer que em casa que falta pão gera confusão e ninguém tem razão. É um ditado antigo. É pouco dinheiro para muita coisa. Um Estado que há 39 anos, Professor Domingos, nós todos ainda estávamos de calça curta, o Dr. Luiz Octávio sequer havia nascido, nós víamos com temor a criação de mais um Estado em cima de um território nosso. Trezentos e cinquenta mil quilômetros quadrados eram subtraídos de Mato Grosso para dar origem ao Estado irmão de Mato Grosso do Sul.

Havia uma incerteza de investidores, de servidores, de todos que aqui estavam, qual era o futuro daquele Mato Grosso enorme, onde ainda sobravam 906 mil quilômetros quadrados de florestas e de pantanais. Nós não produzíamos sequer um milhão de toneladas de grãos; uma economia que não chegava a 0,5% do PIB nacional; uma universidade federal embrionária com sete, oito anos apenas de existência; sequer falávamos em uma universidade estadual. Era um Estado de enorme expectativa.

Lembro-me quando o ex-Governador Dante de Oliveira assumiu o Estado, em 1995 - e aqui está o Secretário Guilherme. O orçamento de 1995, Secretário Guilherme, era mais ou menos o quê? Chegava a um bilhão já, não? Em 1995, o nosso orçamento era em torno de 600 a 700 milhões de reais. Nós estamos discutindo hoje, Dr<sup>a</sup> Roberta, 19 bilhões, 20 bilhões. Cresceu muito.

E perguntamos: poxa, mas cresceu tanto o orçamento e as dificuldades, Prof. Orlando, parecem as mesmas?

Daqui a 100 anos, os nossos descendentes estarão aqui discutindo o orçamento para o ano seguinte e cobrando melhorias, como fazem com a Ângela Merkel, na Alemanha. Nós ficamos olhando para a Alemanha e babamos. Há calçadas em cidades alemãs, quase todas com escada rolante; estradas onde a velocidade é livre; um padrão de vida; Onze, doze anos, é a média de escolaridade. Nós ficamos: Poxa, nós queríamos ser uma Alemanha, uma Austrália. Mas eles também têm problemas, também enfrentam discussões profundas de “n” razões.

Então, eu fico feliz por um lado de ver...

Há um ditado que diz: “Quem olha para trás corre o risco de perder um olho, e quem não olha perde os dois.” Então, é sempre bom compararmos aquele Mato Grosso com este e com outro que virá. Daqui a 20 anos, Mato Grosso será dono da maior renda *per capita* do País, independentemente de Governo. O mercado por si só vai fazer isso acontecer.

Um Estado de baixíssima população, poucos perceberam o crescimento populacional previsto. Nós temos, em 2018, 3 milhões e 382 mil mato-grossenses. Daqui a três anos,



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

---

ainda não chegaremos a 3,5 milhões. O crescimento populacional nosso é baixíssimo, mas o crescimento da nossa economia é exponencial, igual ou - em alguns anos - acima de taxa chinesa, que também não é a maior do mundo. Nós tiramos a China como referência, mas ela não é nem das cinco maiores do mundo. Há cinco ou seis países que cresceram mais do que a China no mundo. Mas é uma referência nossa.

Então, Mato Grosso será, em quinze, vinte anos, dono da maior renda *per capita* do Brasil, mas a pergunta que se faz é a seguinte: haverá distribuição de renda justa? Ainda teremos 300 mil mato-grossenses analfabetos? Ainda conviveremos com a hanseníase? A dengue ainda ceifará a vida das nossas crianças? Ainda teremos falta de leitos de UTI? Ainda teremos filas nos PSFs? Ainda ficaremos dois anos para conseguir fazer uma cirurgia? Ainda ficaremos seis meses na espera de uma consulta com médico especialista? De que vale o crescimento? O que vale é o desenvolvimento e que esta riqueza não fique só nas mãos - como disse muito bem aqui, aprofundando as palavras do Wagner e também do Prof. Domingos Sávio - de meia dúzia de mato-grossenses. Nós temos um Estado formado por ilhas, dos dezoito, dezenove bilionários brasileiros, três ou quatro moram em Mato Grosso; dos dezoito, dezenove bilionários que o Brasil possui, três ou quatro estão aqui, mas também estão aqui centenas de milhares de mato-grossenses que mal conseguem fazer uma refeição por dia, que Estado é esse? É para se discutir. Quem tem que pagar essa conta?

Quando eu fiz aqui a defesa do Governo na questão da RGA, eu sempre dizia que é um momento de profunda crise. Temos que atravessar um deserto, todos nós devemos fazer sacrifícios e eu defendi claramente a tributação do agronegócio em Mato Grosso, eu defendi claramente. Sou odiado por esse setor. Na semana passada, eu fui hostilizado aqui dentro do Plenário por representantes desse setor. Mas eu tenho claro isso, tenho claro isso, que para terminar essa travessia, todos devem fazer os seus sacrifícios. O problema é que ninguém quer fazer sacrifícios.

O País não tem tradição de guerras, nós não temos sofrimentos profundos, nós não somos uma Croácia, uma Sérvia, um Montenegro, uma Alemanha, uma Itália. A última guerra de que participamos foi a Segunda Guerra Mundial. Mandamos, no último ano, no penúltimo ano da guerra, 23 mil, perdemos 400 e poucos, nunca tivemos uma guerra interna aqui no século XX, nenhuma. A última guerra de que participamos foi de 1864 a 1870, em que o nosso território foi ocupado, a Guerra do Paraguai. Partes do Paraná e Mato Grosso do Sul foram tomadas e rapidamente retomamos. Não temos a cultura desse enfrentamento para nos levar a experiências em que possamos, provavelmente, emergir com mais força.

Mas quero dizer que essa questão do agronegócio precisa ser melhor discutida, porque também devemos muito ao agronegócio, Mato Grosso só é... Também se deve muito ao agronegócio, então, é agirmos como magistrados: ouvirmos todos os lados, todas as moedas, todos os lados da moeda para termos uma definição. Quem isenta os tributos das exportações não são as constituições, as leis, é o mercado, não se exporta mais tributos. Com essa leitura, foi que os constituintes de 1988 tiraram, isentaram completamente os tributos para a exportação de produtos industrializados. Oito anos depois, em 1996, veio a Lei Kandir, que estende essa isenção de tributos para a exportação de produtos semielaborados e produtos primários também. Então, em 1988, há a isenção para produtos industrializados, quando exportados; oito anos depois, essa mesma tese é estendida aos produtos primários e semielaborados.

Hoje para exportação... Não há mais nenhum País, dirigido em sã consciência, que exporta impostos, porque se embutir o imposto desse copo, ele fica mais caro e vende menos. O

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 - MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.

produtor fica menos competitivo, a nossa tese é de que o agronegócio precisa ser debatido com mais profundidade, para sairmos desse ciclo de economia primária em Mato Grosso e avançarmos para um ciclo de economia industrializada, indústria que começou na Inglaterra em 1760, e até hoje não chegou a Mato Grosso, de fato.

No dia que industrializarmos o nosso couro, nós teremos chance de ultrapassar Franca, em São Paulo, e Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e seremos o principal polo calçadista do País, porque somos o maior produtor de couro do Brasil. O dia em que resolvermos transformar a madeira nossa, *in natura*, em móveis, nós vamos ultrapassar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e teremos a maior indústria moveleira do País. E se quisermos fazer isso também com a indústria têxtil, nós temos condições, porque produzimos 70% de todo o algodão nacional.

Mas temos que ter também política de incentivos fiscais para ser o principal polo têxtil do Brasil. Temos energia de sobra, e já somos exportadores de energia, temos matéria-prima sobrando, que é o algodão, e temos mão de obra. Por que não transformar Mato Grosso em um grande polo têxtil moveleiro, calçadista? Somos o maior produtor do Brasil, oxalá, da América desses insumos básicos. O desafio de Mato Grosso, na minha concepção - posso estar completamente errado -, é sair dessa economia primária. Por quê? Somos campeões de produção de soja, de algodão, de milho, de peixe de água doce, madeira, ouro.

E tudo isso, Dr. José Arimatéa, só nos leva a 1,6% do PIB! Por quê? Porque produzimos produtos baratos, *commodities*. O que é commodity? É o produto sobre o qual não há nenhum processo de industrialização *in natura*. Aí empurramos para a China, para a Holanda, para a Europa. É lá que gera emprego transformando esses produtos em industrializados. Então, é preciso ter essa visão de estadista. Implantar de vez a ZPE, fazer políticas de incentivos fiscais por cadeia produtiva, enfim.

Eu encerro parabenizando a genialidade do Dr. Luiz Octávio. Com certeza, isso é oriundo do grande Dr. Sabóia, da inteligência do Dr. Sabóia e da candura da Dona Candelária.

Parabenizo o meu colega Professor Domingos Sávio pela sua visão ideológica, consistente e clara de que mundo ele sonha.

Também, parabenizar o sindicalista Oscarlino Alves...

Eu, agora, quero só parabenizar o Oscarlino, porque fui brigar com ele e tomei uma multa de 6 mil reais. Então, daqui para frente, é só alegria com o Oscarlino. (RISOS)

...pela forma sempre coerente, estudioso... Observamos que o Oscarlino é um sindicalista que se preocupa com sua representação. Ele está sempre estudando com profundidade. Quando ele fala tem dados e números interessantes.

Quero, também, parabenizar o seu Serafin Oliveira, que veio de Chapada dos Guimarães aqui fazer o seu papel de cidadania, cobrar de todos nós responsabilidade na elaboração desse novo Orçamento.

Parabenizar o sindicalista Antônio Wagner, apesar da ausência, pela clareza e veemência; o Professor Orlando, experiente e sempre defensor da nossa educação pública; e a Rosimeire, também, que falou em nome do INDEA.

Na minha modesta opinião, o melhor serviço prestado pelo Estado é o INDEA que faz. Há 22 anos não há um foco de aftosa neste Estado. O Estado de Mato Grosso está apto a exportar carne para mais de 20 países. O INDEA, sem dúvida, é orgulho nacional!

Parabéns a todos vocês!

Eu agradeço e, antes de encerrar esta importante Audiência Pública, alerta a todos que cabe, ainda, ao Projeto da LDO emendas até o dia 06.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 192/2018 -**  
**MENSAGEM 46/2018, QUE TRATA SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS-PLDO 2019, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 09H.**

---

Então, instituições, entidades, cidadãos, sindicalistas, podem procurar os seus deputados, os representantes, para que possam propor emendas ao Orçamento até o dia 06 de julho.

Muito obrigado a todos!

Está encerrada esta Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Alessandra Maria Oliveira da Silva
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Taiza Antônia Noujain;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Patricia Elena Carvalho;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.